

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO- ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM
SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990**

ALINE ZELI VENTURI

Florianópolis, agosto de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO- ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM
SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Aline Zeli Venturi

Orientador: Prof. Dr. Lauro Mattei

Área de Pesquisa: Economia do trabalho

Palavras-chave:

1. Mercado formal de trabalho
2. Reestruturação produtiva
3. Santa Catarina

Florianópolis, julho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Aline Zeli Venturi na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora: _____
Prof. Lauro Mattei
Presidente

Prof. Helton Ricardo Ouriques
Membro

Econ. José Álvaro de Lima Cardoso
Membro

“Ó que lance extraordinário:
aumentou o meu salário
e o custo de vida, vário,
muito acima do ordinário,
por milagre monetário
deu um salto planetário.
Não entendo o noticiário.
Sou um simples operário,
escravo de ponto e horário,
sou caxias voluntário
de rendimento precário,
nível de vida sumário,
para não dizer primário,
e cerzido vestuário.
Não sou nada perdulário,
muito menos salafrário,
é limpo meu prontuário,
jamais avancei no Erário,
não festejo aniversário
e em meu sufoco diário
de emudecido canário,
navegante solitário,
sob o peso tributário,
me falta vocabulário
para um triste comentário.
Mas que lance extraordinário:
com o aumento de salário,
aumentou o meu calvário!”

(Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

Agradecer... Enfim o momento final desta longa trajetória, da qual pessoas muito importantes fizeram parte. Um primeiro muito obrigado a quem também dedico este trabalho, minha querida mãe, Leonilda Michels, com um carinho especial também por meu irmão Thiago e meus avós.

Na trajetória acadêmica, muitos amigos queridos foram conquistados, e aqui, gostaria de agradecer em especial, à Ana Paula, Beatriz e Raquel. Também algumas pessoas especiais que fizeram parte desta reta final de aprendizado: Junior, Dokonal, Gabriel e demais amigos que estiveram presentes em todos os momentos de estudo e descontração. Ao Rodrigo, pelo imenso amor, paciência, ajuda e por mesmo longe sempre se demonstrar tão perto.

Enfim, um agradecimento particular, a quem serei por muito tempo grata, Prof^o Lauro Mattei. Não apenas pela orientação e composição deste trabalho, mas pela oportunidade de aprendizado em todos estes meses na Universidade, quase 2 anos. Seu exemplo de fidelidade, honestidade por seus ideais e o carinho e respeito que demonstra por seus alunos irão permanecer pra sempre em minha memória.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
LISTA DE ANEXOS.....	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	1
1.1 <i>Introdução.....</i>	<i>1</i>
1.2 <i>Objetivos.....</i>	<i>2</i>
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	<i>2</i>
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	<i>2</i>
1.3 <i>Metodologia</i>	<i>3</i>
1.3.1 <i>Método.....</i>	<i>3</i>
1.3.2 <i>Conceitos</i>	<i>3</i>
1.3.3 <i>Base de dados</i>	<i>5</i>
1.4 <i>Estrutura do texto.....</i>	<i>6</i>
2 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E MUDANÇAS NO TRABALHO.....	7
2.1 <i>A crise do padrão de produção em massa e do Welfare State</i>	<i>7</i>
2.2 <i>A Terceira Revolução Industrial e o novo regime de acumulação.....</i>	<i>10</i>
2.3 <i>A globalização e a nova formulação política e econômica.....</i>	<i>12</i>
2.4 <i>Principais conseqüências sobre o mundo do trabalho.....</i>	<i>15</i>
3 A ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO.....	22
3.1 <i>As mudanças na economia brasileira no pós-guerra e as condições do mercado de trabalho....</i>	<i>22</i>
3.2 <i>Os anos de 1990: um marco na desestruturação do mercado de trabalho</i>	<i>26</i>
3.3 <i>Breves comentários sobre o mercado formal de trabalho no Brasil.....</i>	<i>33</i>
4 EVOLUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA	37
4.1 <i>Santa Catarina: sua economia, estrutura ocupacional e mercado de trabalho.....</i>	<i>37</i>
4.2 <i>A evolução do emprego formal em Santa Catarina.....</i>	<i>42</i>
4.3 <i>Qualificação do emprego formal em Santa Catarina.....</i>	<i>56</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS	70

RESUMO

VENTURI, Aline Zeli. **A evolução do emprego formal em Santa Catarina a partir de 1990**. 84f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

As transformações estruturais que atingiram o capitalismo nas últimas décadas do século XX causaram impactos generalizados sobre o mundo do trabalho. Fatores como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, sob a égide da globalização econômica, delinearam um movimento de reestruturação produtiva nas empresas, reduzindo os empregos e precarizando as relações de trabalho. Diante do receituário neoliberal, as empresas buscaram flexibilizar suas relações no mercado de trabalho, reduzindo custos e aumentando sua produtividade. Um modelo de produção mais flexível e que incorporava maior automação e tecnologia reduziu os postos de trabalho e fez surgir novas formas de contratação com jornadas mais flexíveis e terceirizações. Essas mudanças atingiram os países centrais e mais intensamente os trabalhadores dos países periféricos, como o Brasil. Além do aumento do desemprego, foram registrados aumento da informalidade e da precarização dos postos de trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina, diante destas transformações provocadas pelas políticas adotadas a partir dos anos de 1990. O estudo procurou também levantar uma qualificação da dinâmica deste mercado, por meio da identificação de relações entre os anos de estudo, remuneração e sexo dos trabalhadores. Observou-se que as políticas de abertura comercial e desregulamentação financeira dos anos de 1990 provocaram perdas para o mercado formal de trabalho catarinense, ocasionando uma queda de emprego formal em determinados segmentos e uma redistribuição setorial dos postos formais de trabalho que continuaram a se expandir para outros setores. Houve um aumento da participação feminina na ocupação formal do estado, assim como cresceu a participação dos trabalhadores com maior qualificação e menores salários.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade. Santa Catarina, 1991 e 2005.	70
Anexo B - Distribuição da taxa de participação e do total dos PFT segundo gênero e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.	70
Anexo C - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo grau de escolaridade em Santa Catarina nos anos de 1991 e 2005.	71
Anexo D - Distribuição dos PFT segundo escolaridade e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.	71
Anexo E - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo faixa etária em Santa Catarina nos anos de 1991 e 2005.	72
Anexo F - Distribuição dos PFT segundo faixa etária e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.	72
Anexo G - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, escolaridade e remuneração. Santa Catarina, 2005.	73
Anexo H - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e escolaridade. Santa Catarina, 2005.	74
Anexo I - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e remuneração. Santa Catarina, 2005.	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estruturas do mercado de trabalho na produção flexível.	18
Gráfico 1 - Variação real do PIB. Brasil, 1986 a 2006.....	27
Gráfico 2 - Evolução da taxa de desemprego aberto no Brasil entre 1992 e 2005.....	31
Gráfico 3 - Evolução dos índices do PIB, Pessoas Ocupadas e Postos Formais de Trabalho (1992=100)	32
Gráfico 4 - Participação dos PFT nas grandes regiões. Brasil, 1991/2005.....	34
Gráfico 5 - Participação dos PFT nos grandes setores. Brasil, 1991/2005.....	35
Gráfico 6 - Distribuição da estrutura ocupacional. Santa Catarina. 1992-2005.	39
Gráfico 7 - Total de vínculos formais de trabalho. SC. 1991-2005.....	42
Gráfico 8 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores de atividade em Santa Catarina, 2005.....	43
Gráfico 9 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo nível de escolaridade em Santa Catarina, 2005.	49
Gráfico 10 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores econômicos e remuneração. Santa Catarina, 2005.	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos da Rede de Segurança do Mercado de Trabalho. Brasil, 1980 a 2000	30
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de crescimento do emprego por setores. Brasil (1950/1980).....	23
Tabela 2 - População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.....	40
Tabela 3 - População economicamente ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina, nos anos de 1992 e 2005.	41
Tabela 4 - Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período de 1991 a 2005.....	44
Tabela 5 - Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2005...	47
Tabela 6 - Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC, 1991 e 2005.....	50
Tabela 7 - Distribuição dos PFT, segundo faixa etária em Santa Catarina entre 1991 e 2005.	52
Tabela 8 - Distribuição dos PFT, segundo jornada de trabalho em Santa Catarina entre 1991 e 2005.	54
Tabela 9 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo faixas de remuneração (em SM) em Santa Catarina entre 1991 e 2005.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PFT	Postos Formais de Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SM	Salário Mínimo
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento

1. PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

O final do século XX representou um período de grandes e profundas transformações estruturais da economia mundial. Depois de uma fase de expansão e melhoria das condições de vida, orientadas pelos investimentos estatais em bem-estar social e pelo auge do modelo fordista de produção, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas que os obrigou a buscar alternativas de sustentação da produtividade.

A terceira revolução tecnológica em andamento possibilitou a incorporação de um novo padrão de acumulação baseado na especialização e na flexibilidade das atividades produtivas. Este modelo de acumulação flexível ocasionou uma reformulação dos processos de organização dos meios produtivos, exigindo alta produtividade, maior qualidade dos produtos e a redução de estoques. A crise que se colocava para a sociedade capitalista, com gastos elevados da produção em massa, passou a exigir das empresas um constante controle dos custos a fim de manter seus lucros elevados.

A reestruturação econômica colocada em andamento dentro das firmas foi acompanhada por mudanças políticas no contexto mundial. A regulação econômica e a proteção que os estados vinham exercendo sobre suas economias foram substituídas por uma série de reformas liberais a fim de ajustar o mercado às novas exigências. A globalização econômica tornou-se o fio condutor do processo, com o argumento de aumentar os fluxos de comércio, os investimentos internacionais e a modernização dos parques produtivos.

Os processos de flexibilização produtiva, abertura comercial e financeira e a reestruturação tecnológica das empresas tiveram impactos sobre as relações de trabalho. As mudanças políticas e econômicas em curso promoveram alterações nas formas de ocupação, inserindo no mercado de trabalho novas formas de contratação e organização do processo de trabalho. A partir do movimento de reestruturação das empresas, os custos trabalhistas foram enxugados e uma onda de desemprego atingiu tanto as economias centrais como as periféricas. A flexibilização das relações de trabalho, com a incorporação de trabalhadores temporários, terceirizados e subempregados, foi a resposta da nova ordem econômica vigente diante da falta de empregos.

O Brasil também sentiu os efeitos das mudanças em curso mundialmente. Com a estagflação da década de 1980 e o Estado sem condições financeiras de se reerguer da crise

da dívida externa, foram implementadas uma série de reformas liberalizantes com o intuito de melhorar a inserção externa do país, equilibrar o Balanço de pagamentos e estabilizar a inflação. O país se abriu comercialmente para as economias mundiais no início dos anos de 1990 e as empresas brasileiras foram expostas à competição internacional. Esta abertura indiscriminada foi responsável por uma reestruturação produtiva das empresas nacionais, as quais tentaram resistir à competição no mercado aberto por meio de investimentos em novos equipamentos e, principalmente pela redução dos custos com mão-de-obra.

As relações de trabalho se deterioraram, houve um salto nas taxas de desemprego e os postos de trabalho que foram mantidos tornaram-se precários e desregulamentados. O mercado formal de trabalho sofreu uma forte contração na década de 1990 e as ocupações autônomas e informais se expandiram.

O mercado de trabalho catarinense, apesar do maior grau de formalização em relação às outras unidades federativas, também sofreu com as mudanças gerais da economia brasileira. O Estado de Santa Catarina, historicamente formado por uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial também acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional. A abertura comercial, os planos de estabilização econômica que se seguiram e, principalmente, a retirada do Estado como promotor do desenvolvimento tiveram conseqüências sobre as relações econômicas e de trabalho no estado catarinense.

A pergunta que este estudo procura responder é: como o processo de mudanças no mercado de trabalho se apresentou no estado catarinense e quais as conseqüências sobre a formatação e estruturação dos postos formais de trabalho.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo identificar e analisar a evolução do mercado formal de trabalho catarinense a partir da década de 1990.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as transformações contemporâneas do mundo do trabalho em âmbito mundial e no contexto brasileiro;

- b) Analisar a evolução do mercado formal de trabalho, por meio da construção de séries históricas do emprego formal, focando em algumas características do processo de reestruturação produtiva;
- c) Construir e interpretar séries históricas do mercado formal de trabalho entre setores de atividade, gênero, grau de escolaridade e remuneração dos trabalhadores.

1.3 Metodologia

1.3.1 Método

A pesquisa sobre a evolução do mercado formal em Santa Catarina pode ser caracterizada como de caráter dedutivo, sustentada por uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando-se como base quantitativa os dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, dada a caracterização que será feita do mercado formal de trabalho, assim como de suas variáveis analisadas: setor de atividade econômica, gênero, remuneração, grau de escolaridade, jornada de trabalho e faixa etária. Será feito um levantamento bibliográfico que servirá de apoio ao marco teórico e a caracterização regional, sustentado quantitativamente nos dados secundários do MTE.

1.3.2 Conceitos

Mercado formal de trabalho

O mercado formal de trabalho é composto das ocupações assalariadas devidamente regulamentadas segundo uma legislação (trabalhadores privados) ou segundo um estatuto (trabalhadores de instituições públicas).

Setor informal

O conceito de setor informal começou a ser formulado pela OIT a partir dos anos de 1960, como objetivo de classificar algumas atividades econômicas realizadas nos países periféricos que não se inseriam na dinâmica capitalista de produção. Segundo Dedecca (2007) esta classificação considerava somente atividades em pequenos estabelecimentos, ou baseadas no trabalho autônomo nas áreas urbanas, que objetivavam a sobrevivência das pessoas diretamente envolvidas. Mais adiante nasceu a noção de setor informal urbano que

passou a englobar as formas e relações de produção de natureza não capitalista, que incluem desde trabalhadores autônomos, prestadores de serviços, empregados domésticos até os pequenos negócios, registrados ou não, individuais, familiares ou com até 5 empregados, caracterizados por produzir em baixa escala e baixo nível de organização.

O IBGE ainda faz uma classificação dos proprietários de negócios informais em sua Pesquisa “Economia Informal Urbana”, designando-os como trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores, com 10 anos ou mais de idade, ocupados em atividades não-agrícolas, e moradores em áreas urbanas.

Informalidade

O conceito de informalidade no Brasil, deriva da ordem jurídica que dispõe a respeito dos contratos formais de trabalho, regidos em sua maioria pela CLT. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada (NORONHA, 2003). Enquanto o setor informal engloba as unidades de produção de pequeno porte, que atuam à margem dos segmentos modernos da economia, a informalidade está relacionada ao não cumprimento das normas de proteção aos trabalhadores, sem a regulação pública que incide sobre os contratos e as relações de trabalho (DEDECCA, 2007).

População Economicamente Ativa (PEA)

As pessoas economicamente ativas compõem-se das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência da pesquisa. São classificadas como ocupadas as pessoas que têm trabalho durante todo ou parte desse período de referência. Incluem-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc. São classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho no período de referência. O conceito e os dados referentes à PEA utilizado neste trabalho referem-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), utilizando-se como padrão a semana de referência.

Desempregados

De acordo com o DIEESE, os desempregados são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Estas pessoas podem ainda ser

desagregadas em três grupos: desemprego aberto, desemprego oculto por trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento.

Taxa de desemprego ou de desocupação

Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (aberto mais oculto). É obtida por:

$$\text{Taxa de desemprego} = (\text{n}^\circ \text{ de desempregados} / \text{PEA}) * 100.$$

1.3.3 Base de dados

A metodologia adotada toma como referência os dados secundários das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego –MTE – com o objetivo de disseminar informações abrangentes sobre postos formais de trabalho. Originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. É um importante instrumento quantitativo porque cobre cerca de 97% do mercado formal brasileiro, com uma gama de variáveis investigadas: empregos em 31 de dezembro de cada ano segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contém informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado.

Nesta pesquisa serão feitos levantamentos e cruzamentos de variáveis agregadas no estado, entre os setores de atividade econômica, o gênero, a escolaridade e as faixas de remuneração. A remuneração será avaliada por meio de faixas de salário mínimo (a preços correntes), assim como a escolaridade será trabalhada de acordo com a nova divisão do MEC, ensino fundamental, médio e superior, diferentemente da divisão do MTE que subdivide a variável em 1º grau, 2º grau e ensino superior. As atividades econômicas estão dispostas de acordo com a classificação do IBGE, que divide os setores em: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agricultura. Ainda serão apresentados dados referentes à faixa etária dos empregados e às horas semanais de trabalho.

As tabelas que se referem à taxa de desemprego, população economicamente ativa, ocupados e desocupados, assim como a estrutura ocupacional do estado catarinense foram levantadas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE.

As tabelas em que ocorrem o cruzamento das variáveis do mercado formal de trabalho foram construídas tomando como referência os setores de atividade econômica, de modo que toda as comparações se estabelecem dentro e entre os setores de atividade.

Para verificar a evolução do mercado de trabalho catarinense será utilizado um modelo econométrico simples para calcular a taxa de crescimento dos indicadores ao longo do tempo. O modelo, chamado *modelo semilog*, consiste na aplicação de uma regressão linear simples, com parâmetros β_1 e β_2 lineares, onde o regressando é o logaritmo de Y e o regressor é o “tempo” expresso em valores de 1, 2, 3 etc. A taxa de crescimento é obtida a partir do coeficiente de inclinação de β_2 do modelo, conforme Gujarati (2000):

- $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$.

1.4 Estrutura do texto

O trabalho está dividido em 5 capítulos a começar por este problema de pesquisa. O segundo capítulo trata das transformações econômicas mundiais do pós-guerra e os rompimentos na estrutura do mercado de trabalho que se deram a partir daí, com o surgimento de um novo paradigma produtivo e tecnológico. O terceiro capítulo analisa estas mesmas transformações em âmbito nacional, fazendo um levantamento teórico do processo de reestruturação produtiva que ocorreu no Brasil. Busca-se levantar algumas características a cerca das mudanças em curso a partir de 1990, revelando dados como o alto desemprego e a instabilidade das relações trabalhistas.

O quarto capítulo sintetiza alguns pontos centrais da formação econômica catarinense e de seu mercado geral de trabalho. Segue-se então um levantamento empírico do mercado formal de trabalho catarinense, avaliando a evolução e o atual estágio de qualificação deste mercado. O quinto e último capítulo destaca algumas considerações finais a respeito do marco teórico e dos dados analisados.

2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E MUDANÇAS NO TRABALHO

O final do século XX foi marcado por intensas mudanças no quadro político e econômico mundial. A revolução tecnológica, a desregulamentação dos mercados financeiros e a ascensão da ideologia neoliberal vinculada à globalização transformaram a dinâmica do sistema de produção capitalista. O mundo do trabalho foi fortemente afetado por estas mudanças, sofrendo ainda os impactos de uma intensa reestruturação produtiva.

Os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas após uma fase de expansão e melhoria das condições de vida, no auge do modelo fordista de produção. A crise forçou os Estados a buscarem alternativas de sustentação da produtividade e, diante da revolução tecnológica, foi se organizando um novo modelo de produção capitalista. Esses fatos acarretaram graves conseqüências sobre o mundo do trabalho, que se ajustou à nova dinâmica por meio de processos de flexibilização e precarização de suas relações.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as transformações econômicas mundiais que foram responsáveis pela reestruturação do processo produtivo, assim como evidenciar as principais conseqüências sobre a oferta e demanda de trabalho.

Tratar-se-á, em primeiro lugar, das causas que levaram ao colapso do sistema de produção vigente até as décadas de 1960/70, enfatizando os aspectos econômicos e a conjuntura internacional. Em seguida serão apresentadas as características do novo modelo de produção, fundado nos métodos e ferramentas da Terceira Revolução Tecnológica. O processo de globalização econômica em curso no período é tema da terceira seção, que tratará também dos aspectos políticos em voga, diante da retomada liberal. Por fim, o capítulo encerra-se com notas sobre os impactos destas mudanças sobre o conjunto do mercado de trabalho.

2.1 A crise do padrão de produção em massa e do Welfare State

Os anos após a Segunda Guerra Mundial representaram um período de grande expansão econômica e social, com os países centrais organizando suas economias em torno da estratégia fordista/keynesiana de desenvolvimento. O planejamento econômico estatal passou a ser uma ferramenta nas mãos dos Estados capitalistas, promovendo um momento de equilíbrio monetário, taxas elevadas de crescimento econômico e melhorias do nível de renda e emprego.

Os “Anos Dourados”¹ – período do fim da Segunda Guerra até meados dos anos de 1970 - representaram um salto no desenvolvimento das economias mundiais, determinando um período virtuoso do capitalismo mundial, favorável tanto aos negócios como às massas populares (OLIVEIRA, 1998). Com a elevação do emprego assalariado e da renda, os níveis de consumo aumentaram em todo o mundo, assinalando para a existência de um novo estágio de superprodução capitalista. A intervenção do Estado foi responsável pela dinamização de todo o processo de crescimento e estabilização, criando proteção social e mantendo taxas elevadas de ocupação da mão-de-obra. Segundo Souza (1999), o desenvolvimento do *Welfare State* nestes países centrais foi uma reação às limitações dos mecanismos de auto-regulação da economia, que surgiram após a Grande Depressão e a Segunda Guerra, provocados pela crise de superprodução e subconsumo. A regulação estatal apareceu então como argumento para promover um melhor desenvolvimento do próprio capitalismo, criando as condições necessárias para a reprodução do sistema. O Estado passou a controlar tanto a vida econômica, por meio da regulação dos investimentos e expansão do consumo público e privado, como a política, incluindo na agenda de desenvolvimento também os interesses dos trabalhadores, promovendo mais acesso à educação, habitação, crédito e consumo. Este mecanismo de manutenção da reprodução da força de trabalho acabava por incentivar a demanda agregada. Neste processo, o Estado passou a conciliar os interesses capitalistas privados e os interesses da classe trabalhadora.

A constituição deste modelo de desenvolvimento econômico baseado no bem-estar social se deu sobre as bases de um padrão de industrialização nascido nos EUA, caracterizado pela produção e consumo em massa. O sistema fordista/taylorista, inserido inicialmente na indústria automobilística norte-americana, nasceu dentro de uma estrutura corporativista de organização, com extrema racionalização do processo produtivo. O sistema, organizado em longas linhas de produção com uso intensivo e fragmentado da mão-de-obra, se orientava para uma produção em massa e homogênea, extremamente verticalizada. O seu propósito era, além de produzir em larga escala produtos padronizados, proporcionar ao trabalhador renda e tempo suficientes para que ele consumisse os produtos que as corporações fabricavam em massa. O fordismo serviu então de aliado do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar ao proporcionar ao capitalismo uma expansão de alcance mundial (HARVEY, 1993).

¹ Hobsbawn, E. (1995).

Conforme destaca Pochmann (2002), foi a partir da difusão do modelo norte-americano de produção, nos países destruídos pela guerra e em seguida para alguns países da periferia mundial, que esse período pôde ser caracterizado como de “décadas de ouro do capitalismo”. Na nova Divisão Internacional do Trabalho², os Estados Unidos foram assumindo a posição de nação hegemônica, com uma moeda forte e taxas fixas de câmbio e juros, além de uma crescente regulação financeira por meio das agências internacionais. Paralelamente, alguns países em desenvolvimento conseguiram internalizar uma industrialização parcial nos moldes fordistas, que mesmo gerando padrões desiguais de consumo e renda, foi capaz de proporcionar um aumento significativo dos mercados mundiais. A expansão capitalista tinha assim uma estratégia de crescimento dos fluxos de comércio mundial, com abertura de novos mercados consumidores do centro dinâmico de produção em massa. As relações econômicas internacionais eram ainda reguladas pelo acordo de Bretton Woods, que impunha a hegemonia norte-americana por meio do padrão internacional monetário baseado no dólar, vinculando todo o desenvolvimento econômico mundial às políticas fiscais e monetárias dos EUA.

Esta trajetória de desenvolvimento, contudo, foi interrompida pela crise sistêmica que atingiu o capitalismo a partir dos anos de 1970. A crise do petróleo em 1973, a elevação dos preços com estagnação econômica e a alta das taxas de juros internacionais desestabilizaram o padrão de desenvolvimento econômico vigente. Houve nesse contexto ainda a desestabilização do sistema que orientava a política monetária internacional (Bretton Woods) e uma queda das taxas de lucro das grandes empresas, dado o elevado custo das matérias-primas e do petróleo.

Segundo Antunes (2002), esta crise representou a expressão de um quadro mais complexo, uma “crise estrutural do capital”, com destaque para a tendência decrescente da taxa de lucro. Essa queda era evidenciada pelo aumento dos salários, em contrapartida a uma queda dos níveis de produtividade e um esgotamento do padrão de produção em massa, que se expressava na retração do consumo. Além disso, a esfera financeira já ganhava mais espaço frente ao processo produtivo, já indicando uma nova fase no processo de internacionalização do capital.

Ocorreu uma desarticulação do sistema, onde a acentuada concorrência internacional, a debilidade da capacidade de decisão dos Estados, que estavam endividados após ampliar gastos e benefícios sociais, e a intensa desregulamentação dos mercados

² Ver Pochmann (2001a).

levaram a economia mundial em direção a uma crescente desordem econômica e social (MATTOSO, 1995). Segundo Pochmann (2002), abriu-se a partir de então, um período de incertezas e de novos questionamentos do padrão sistêmico de integração social, a partir das propostas políticas de cunho conservador, que desde a década de 1940 já eram contempladas nas obras de autores liberais.³

Iniciou-se a partir de então uma busca por saídas para esta crise sistêmica, com uma reorganização do capital e de seu sistema político, por meio de uma reestruturação da produção e ajustes nas políticas vigentes até então, para conformá-las agora com a nova dinâmica do sistema capitalista, muito mais competitivo e internacionalizado.

2.2 A Terceira Revolução Industrial e o novo regime de acumulação

Em meio às respostas da crise, ocorreu um aumento da produtividade do trabalho que se deu graças aos fatores condicionantes da Terceira Revolução Tecnológica. Um conjunto de inovações surgidas nos anos de 1960 e 1970 mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho (MATTOSO, 1998).

Com o agravamento da crise nos países capitalistas e a incapacidade de reorganizar os fluxos comerciais e financeiros entre estes países, foi se acirrando o processo de concorrência entre as empresas e a reestruturação da produção foi revelando transformações, que, segundo Pochmann (2002) fariam parte de uma nova revolução industrial. Para esse autor: “Uma nova onda de progresso técnico teve início, ao mesmo tempo em que o processo de modernização conservadora vinha alterar bruscamente as medidas reguladoras da economia em geral e do mercado de trabalho em especial” (IDEM, p. 33).

O progresso advindo com a Terceira Revolução Tecnológica mostrou-se mais inovador do que em todas as revoluções anteriores e provocou alterações em todos os setores produtivos. Os avanços em informática, automação industrial e biotecnologia se ampliaram para todos os setores da economia, inclusive para o setor de serviços. Coutinho (1992) credita este novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de

³ Friedrich von Hayek e Milton Friedman, economistas da corrente neoliberal, destacavam em suas teses argumentos contrários ao bloqueio às forças do livre mercado, que provinham da ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social (POCHMANN, 2002, p.15).

bens de capital e serviços. O autor também destaca a revolução ocorrida nos processos de trabalho, que incorporam características flexíveis e polivalentes nas plantas produtivas.

Esse processo inovador teve início nas fábricas japonesas, que incorporaram o denominado toyotismo como novo modelo de organização da produção capitalista. Diante do cenário interno de um mercado consumidor restrito e uma disponibilidade de capital e insumos reduzida, os japoneses optaram por um modelo enxuto e que pudesse atender suas necessidades mais imediatas, agindo pelo sistema *just in time*, caracterizado pela minimização dos estoques. Diante da crise de produtividade e elevação dos preços que atingiu os demais centros capitalistas a partir de 1970, o modelo japonês se alastrou por todas as economias, como forma de atender às novas exigências de qualidade e diversidade.

Ocorreu assim uma passagem do paradigma fordista de produção em massa para uma produção mais flexível e especializada, que buscou se adequar à nova demanda de produtos mais elaborados e diversificados. Houve o aparecimento de novas formas de gestão e organização da produção, refletindo o esgotamento do padrão fordista de produção. As novas tecnologias causaram uma ruptura no modelo de produção e consumo de massa, amparados até então pelo Estado. A produção em massa foi substituída por uma produção mais especializada, adequada a nova lógica do mercado, com um caráter de desconcentração industrial. Buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho, como a “gestão participativa” e a “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista. As transformações no processo produtivo, com a constituição de formas flexíveis de acumulação, de nova gestão organizacional, do avanço tecnológico e especialmente do modelo japonês, foram, em um momento de concorrência exacerbada pelos monopólios, a resposta do capital à sua crise estrutural (ANTUNES, 1997, 2002).

Estas novas formas de gestão da produção e do trabalho, com a busca exacerbada pela qualidade total, passaram a permear todo o universo empresarial, em busca de maior competitividade e inserção externa das empresas. Por meio da automação flexível, máquinas de controle numérico passaram a realizar operações automaticamente, introduzindo os sistemas *just in time* e *kanban*. Em relação às mudanças na organização do trabalho, se constituiu um conjunto de mecanismos capazes de intensificar o uso da força de trabalho, com os princípios de jornadas flexíveis e o aumento da participação intelectual do trabalhador, por meio dos círculos de controle de qualidade e o controle de qualidade total. Estas novas formas de organização impactaram diretamente no padrão de

uso da força de trabalho, fazendo com que ocorresse uma intensificação do processo de exploração e uma reformulação do mercado de trabalho.

Segundo Castells (1999), este modelo flexível pode ser resultado tanto da exaustão do sistema fordista de produção como uma resposta à crise de lucratividade do processo capitalista. O que vale ressaltar é que, independente das causas das mudanças organizacionais, existiu uma divisão importante no modo de organização da produção e dos mercados globais, a partir de 1970. A ação que se inicia dentro das firmas, das “empresas em rede”, alguns anos mais tarde vai se expressar numa tendência de grande internacionalização dos processos, que afetarão também os trabalhadores das diversas regiões.

2.3 A globalização e a nova formulação política e econômica

Concomitante ao avanço das novas formas de produção e as novas técnicas impostas pela revolução tecnológica, foi se instaurando também um novo aparato político e ideológico, que somado às mudanças econômicas inaugurou um novo estágio do processo de internacionalização da economia, comumente chamado de globalização. Os processos de ajustes que se deram em resposta aos choques dos anos 70 geraram uma nova formatação econômica que envolvia, segundo Mattei (2004), aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras.

Esta nova realidade econômica que se conformou pode ser associada a alguns fatores pontuais. Em primeiro lugar as inovações nas áreas de informática e comunicação produzidas pelo desenvolvimento da terceira revolução tecnológica foram fundamentais para o processo de interligação das economias, e possibilitaram um maior fluxo comercial e de informações entre os mercados. Depois, a adoção de políticas econômicas de liberalização e desregulamentação foram promovendo um maior grau de liberdade para a movimentação de capitais, o que ocasionou uma crescente interdependência dos mercados financeiros e a ampliação de atuação das empresas transnacionais (MATTEI, 2004).

Estas mudanças econômicas ganharam força a partir dos anos de 1980, quando a ideologia neoliberal se impôs como modelo de organização política da sociedade e trouxe consigo os paradigmas de desregulamentação econômica, da abertura comercial e da flexibilização. Após a crise da década de 1970, organismos econômicos internacionais, surgidos com a desintegração do sistema Bretton Woods, passaram a ressaltar os entraves impostos pela conformação protecionista dos mercados, que atuavam até então sob controle do Estado.

Nos anos anteriores, quando os EUA ainda se constituíam um provedor de liquidez para a economia global, a rápida recuperação das economias europeias e do Japão provocou um desgaste das regras monetárias e cambiais impostas até então, e os fluxos de investimento direto dos EUA para o resto do mundo acabaram por determinar a ampliação do déficit no balanço de pagamentos americano (BELLUZZO, 2006). Com a crise do padrão monetário, seguiu-se assim um período de desequilíbrios cambiais e alta inflação, que foi enfrentado com a adoção do regime de taxas cambiais flutuantes e o choque de juros norte-americano em 1979. Com a queda dos acordos econômicos internacionais houve um colapso no sistema e o ambiente econômico foi tomado por políticas de contração monetária, elevação da taxa de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e alteração do papel do Estado (POCHMANN, 2002).

O período foi marcado por mudanças de caráter regulatório, com a gradual eliminação do aparato intervencionista da era keynesiana em um primeiro momento, e em seguida houve um aprofundamento das políticas com reformas direcionadas a criar um contexto apropriado ao funcionamento do mercado (CARNEIRO, 2006).

De acordo com a avaliação liberal-conservadora, as estratégias usadas no período do “capitalismo dourado” para promover o crescimento da economia, acompanhado de aumento na concessão de direitos e benefícios sociais, levaram à ampliação dos déficits orçamentais, do estoque da dívida pública e provocaram altas nas taxas de juros e nos níveis de inflação. Tudo isso decorreria da obstrução ao funcionamento normal dos mercados, imposta pela intrusão do Estado. A recomendação para o retorno dos investimentos e ampliação da renda e do emprego, para esses conservadores, seria a desregulamentação dos mercados e a eliminação das barreiras à entrada e saída de capital, submetendo as empresas à concorrência global desregulada e os trabalhadores à flexibilização e remoção das cláusulas sociais até então garantidas (BELLUZZO, 1997).

Estabelecido o aparato político-institucional para o desenvolvimento destas reformas neoliberais, o avanço da globalização foi se traduzindo por vários movimentos observados a partir do início dos anos de 1980. A crescente liberalização financeira e cambial e a mudança nos padrões de concorrência capitalista resultaram num aumento dos fluxos de comércio e investimento direto externo, que deram nova formatação às relações econômicas entre os países. No plano interno, a busca pela estabilidade monetária tornou-se a chave do processo e formaram-se novas relações entre o Estado e o mercado. As privatizações foram responsáveis pela diminuição da participação direta do Estado na economia, que também foi forçado a seguir o movimento de desregulação comercial,

financeira e produtiva (CARNEIRO, 2006). De acordo com o autor, este movimento atingiu as periferias do sistema capitalista, e pôde ser traduzido nas aberturas financeira e comercial impostas aos países.

O avanço da transnacionalização do capital⁴ desencadeou uma corrida pela busca de competitividade nos mercados mundiais. Diante do quadro de instabilidade dos mercados as empresas tiveram que se reestruturar para continuar competindo:

A financeirização do capital industrial, em um contexto de crescente instabilidade econômica e de globalização financeira, e a disponibilidade de novas tecnologias e métodos organizacionais desestabilizaram, a partir da segunda metade da década de 60, os padrões de concorrência intercapitalista vigente nos mercados nacionais e internacionais. O acirramento da concorrência em uma situação de forte instabilidade econômica passou a exigir das empresas uma atuação suficientemente ágil para enfrentar as novas condições de concorrência capitalista. (DEDECCA, 1997, p. 58).

Após a incorporação das novas técnicas de gestão e produção flexível, as empresas vieram a enfrentar um contexto internacional de grande concorrência e desregulamentação. A racionalização da produção atingiu as diversas unidades nacionais, que passaram a compor uma mesma estrutura integrada, de padrões e rotinas de operação, essenciais para a homogeneização produtiva. A globalização produtiva implicou em uma busca por melhor localização de empresas, associada à padronização e à qualidade dos produtos. Segundo Baumann (1996) as estratégias globais levaram à redução de custos, à especialização das linhas de produção, e ao controle crescente da qualidade, que geraram mais eficiência e um maior grau de competitividade.

Ao mesmo tempo a livre movimentação dos capitais foi provocando um outro movimento impulsionador da globalização econômica, comandado em grande medida pelas empresas transnacionais (MATTEI, 2004). O caráter totalmente financeiro e volátil que veio adquirir o capital fez com que cada vez mais fossem eliminados os aumentos de investimentos produtivos, e que o poder empresarial se concentrasse nas mãos de grandes oligopólios. O aumento de produtividade gerado pela revolução tecnológica proporcionou ao capital uma mobilidade em busca de melhores custos produtivos. A ampliação dos fluxos de investimento direto externo gerou as mais diversas formas de associação entre as empresas, a partir de mecanismos de fusões, aquisições, incorporações e formação de *joint ventures*, formando alianças estratégicas entre estas empresas. Houve, segundo Farah Jr. (2000), nesse novo cenário de atuação do capital, um aumento exacerbado da interconexão

⁴ Sampaio Jr. 1998, p. 26.

entre os mercados financeiros, e uma reconcentração da concorrência mundial em torno de um reduzido número de empresas, localizadas nos centros dinâmicos do capitalismo.

De acordo com Castells (1999), a interligação desses mercados é dada por fatores como a desregulamentação financeira, a liberalização comercial, a infra-estrutura tecnológica, os novos produtos financeiros como os derivativos e os movimentos especulativos de fluxos financeiros. Estes fatores, como fontes de uma interdependência do mercado de capitais e moeda são responsáveis por direcionar políticas monetárias das economias de todo o mundo, de modo que a globalização dos mercados financeiros tornou-se a espinha dorsal do novo arranjo capitalista.

Essas mudanças configuraram uma etapa mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, caracterizada como um estágio mais profundo da internacionalização da vida econômica, política, social e cultural (COUTINHO, 1996). Esse processo de globalização, resultado de todas estas mudanças ancoradas nas forças do livre mercado, teve impactos por todas as décadas posteriores ao seu surgimento, sendo responsável também por grandes mudanças nas relações de trabalho nas economias capitalistas, como veremos a seguir.

2.4 Principais conseqüências sobre o mundo do trabalho

A globalização e a reestruturação produtiva oriunda da crise de acumulação do capital provocaram diferentes efeitos sobre a classe que vive do trabalho⁵. O aumento da concorrência gerou a busca pela queda nos custos de produção, que foi alcançada através da incorporação de novas tecnologias e inovações organizacionais nas empresas causando uma reestruturação em todo o processo produtivo.

Segundo estudo do DIEESE (1996), o aumento do desemprego mundial, principalmente após a década de 1990, pode estar relacionado à forma como os países se inseriram nos moldes da Terceira Revolução Industrial. O modelo de organização aí inserido, de produção flexível e enxuta, passou a requerer um trabalho mais polivalente e intenso. Isto significou diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego estrutural, derivado da substituição do trabalhador pela automação industrial. Os trabalhadores mantidos na fábrica, entretanto, tiveram que se adaptar às novas formas de organização da produção, que passaram a exigir um trabalhador multifuncional e mais qualificado. O surgimento de programas de busca de qualidade, para aumentar a

⁵ Antunes, 1997, p.15.

competitividade das empresas, passou a exigir dos trabalhadores maior participação na organização da produção, enfatizando programas como os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), e vinculando os salários às metas de produção. Ocorreu uma diminuição da hierarquia entre os cargos, aumentando a demissão de funcionários em níveis intermediários, além do aumento de terceirizados e trabalhadores temporários.

Como já citado anteriormente, o progresso tecnológico atingiu todos os setores da economia, provocando uma reorganização da composição do emprego em todos os países afetados pelos avanços. O setor primário perdeu participação, assim como o contingente de empregados no setor industrial, que registrou diminuição absoluta em vários países. Os setores de serviços e comércio, apesar da grande participação relativa, ainda se mostram incapazes de absorver a mão-de-obra liberada nos demais setores, muitas vezes sendo responsáveis pela grande precarização nos postos de trabalho e aumento da informalidade.

Castells (1999) se refere a uma nova estrutura ocupacional que diz respeito à tendência observada em seus estudos de aumento do peso relativo das profissões informacionais (administradores, profissionais especializados e técnicos), apesar da diversidade dos perfis profissionais entre os países. Ainda existe uma grande percentagem de artífices e operadores em países como o Japão, a França e a Alemanha, embora todos eles já venham reforçando seus postos de trabalho em profissões especializadas e administrativas. Apesar do debate em torno das conseqüências da reestruturação produtiva com base nas novas tecnologias de informação em direção à demissão massiva de funcionários e desespecialização, o que o autor afirma é que a automação e a difusão destas tecnologias na fábrica acabou por exigir um trabalhador mais instruído e autônomo.

Estas transformações são também acompanhadas de mudanças severas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34). Desta maneira, as empresas foram adquirindo maior poder de negociação, diminuindo salários, subempregando, e até mesmo terceirizando os próprios funcionários, como forma de aumentar suas taxas de produtividade e de lucro.

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pôde mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados, acirramento da concorrência e a incorporação mais rápida do progresso técnico (DEDECCA, 1997). A

flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade e à reversão da crise. Contudo, diante da forma desregulada de concorrência, ela foi responsável por causar redução nos empregos estáveis e aumento do subemprego. A automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e trouxe o efeito do desemprego estrutural em massa para a maioria dos países capitalistas. A diversificação das linhas de produção e a subcontratação tornaram-se facilmente adotáveis graças a dispersão das estruturas negociadoras e a quebra das relações contratuais de trabalho. Isso deu origem a novas formas de contratação como trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, terceirização e aumento substancial do emprego informal. Os sindicatos foram enfraquecidos e a negociação passou a ter caráter individual, fazendo diminuir o poder de barganha da classe operária (OLIVEIRA, 1998).

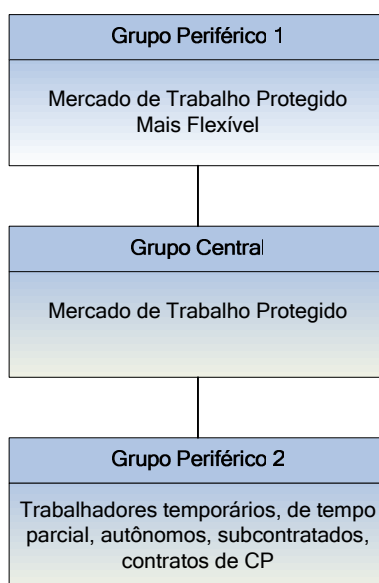
As inovações tecnológicas aceleraram as transformações no mundo do trabalho, provocando mudanças qualitativas e alterando também a distribuição setorial do emprego, de forma que os postos de trabalho, criados nas atividades ligadas à tecnologia, não compensaram os postos destruídos pela reestruturação. Quanto à qualificação, do trabalhador as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar o mesmo, a partir da fragmentação do trabalho complexo, tornando a realização do processo padronizada e de ritmo mais intenso. A fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho (ANTUNES, 1997). O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes da força de trabalho, fazendo elevar os índices de desemprego, ocorrendo também um retrocesso do poder sindical.

O debate atual a cerca das conseqüências da revolução tecnológica sobre a qualificação dos trabalhadores que se divide em várias correntes. Estas vertentes vão desde o aspecto positivo incorporado ao processo de globalização, que permite a ampla qualificação da força de trabalho, por meio da velocidade de informação e das tecnologias difundidas com maior rapidez e segurança, até os canais que defendem a desqualificação e precarização que a flexibilidade produtiva acabou por impor ao trabalhador, que sempre tem que buscar adaptações ao novo cenário trabalhista. O que parece consenso entretanto, é a polarização que se destaca, onde há um aumento da qualificação em setores de ponta e dos serviços informacionais, em detrimento dos setores mais tradicionais e manuais, que acabam por serem extintos ou desqualificados. Conforme destaca Feldmann (1994), ao se referir à desqualificação do trabalho, refere-se assim ao fato de que o papel desempenhado pelo trabalhador no processo produtivo é cada vez menos importante em relação ao papel

das máquinas, e apesar do possível avanço em conhecimentos técnicos, muitas vezes as atividades tornam-se elementares, pouco exigindo do trabalhador.

O aumento da flexibilidade e mobilidade do capital permitiu aos empregadores o exercício de pressões mais fortes no controle do trabalho, sobre trabalhadores já enfraquecidos neste horizonte de inseguranças. O aumento da competição e a diminuição das taxas de lucro fizeram patrões tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de trabalhadores desempregados, impondo regimes e contratos mais flexíveis (HARVEY, 1993). Estes contratos acabaram por suprimir alguns dos direitos mínimos dos trabalhadores, que de acordo com a linha neoliberal, eram responsáveis por encarecer os custos produtivos e tornar as empresas menos competitivas. Ocorreu no mercado de trabalho a evolução do processo de fragmentação das relações, com a proliferação de outras figuras contratuais que não o contrato de trabalho permanente e integral (GARCIA PEREIRA, 2001).

Figura 1 - Estruturas do mercado de trabalho na produção flexível.



Fonte: Elaboração a partir de Harvey,D. (1993).

De acordo com a Figura 1, pode-se identificar três grupos distintos de trabalhadores, que adquiriram uma dinâmica própria nesse novo estágio da produção capitalista. O grupo central seria formado pelos empregados tipicamente protegidos, formalizados, de tempo integral, que diminuem cada vez mais de acordo com as estatísticas. A periferia, de acordo com Harvey (1993), seria subdividida em 2 grupos distintos: Um primeiro grupo constituído de empregados de tempo integral, porém com

habilidades facilmente disponíveis no mercado, sendo caracterizado então por uma alta taxa de rotatividade. O grupo 2 seria constituído de trabalhadores de grande flexibilidade, majoritariamente os postos de trabalho em crescimento nos últimos anos: empregados de meio expediente, temporários, subcontratados e autônomos.

Como agravador do processo de flexibilização do trabalho, vale destacar ainda o peso do papel do Estado como regulador dos processos econômicos e sociais. Dada a falência do Estado de Bem-Estar e do padrão keynesiano, os governos perderam a capacidade de gerar empregos por si só, que se dava por meio das grandes inversões de capital feitas no padrão fordista. O foco nas políticas públicas de crescimento e proteção ao emprego foi substituído pela preocupação constante em dinamizar o processo de globalização e modernização. Diante do paradigma neoliberal, com a crescente defesa do movimento desregular/flexibilizar, reduziram-se os gastos com educação, programas de treinamento subsidiados e, principalmente, foram acertadas novas formas de contratação legais.

O ataque ideológico à intervenção na economia reduziu a participação do Estado tanto em termos de políticas sociais, como na própria dinâmica capitalista de produção, por meio da desestatização das empresas públicas e da maior participação de novos grupos na tomada de decisões do processo econômico. Houve uma ampla disseminação do conceito de Estado Mínimo, com a aprovação de reformas no setor público, direcionando gastos para pagamentos de serviços financeiros, em contrapartida à diminuição dos gastos sociais. As privatizações foram responsáveis por eliminar grande parte dos empregos protegidos, e o funcionalismo público passou a se concentrar em funções que sobreviveram a modernização funcional e administrativa do setor público (POCHMANN, 2001b).

A desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores (MATTOSO, 1998) e tornar precárias as relações de trabalho. O resultado mais expressivo dos processos de flexibilização na produção, foi o acentuamento das formas de precarização do trabalho.

Segundo Pereira (1998):

A busca de flexibilidade na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo fordista, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização” do trabalho (PEREIRA, 1998, p.107).

A precarização das relações de trabalho se deu por meio da substituição das relações formais de emprego por relações informais, sem carteira assinada e outros benefícios, e por trabalho temporário, em tempo parcial ou a domicílio. Nos últimos anos ampliaram-se essas formas de inserção da força trabalhadora, de forma que o setor formal não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a se submeter à formas precarizadas de trabalho, se desqualificando ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

O setor informal surgiu como alternativa ao desemprego, trazendo porém baixos salários, desproteção e atividades muito mais precárias. A constatação mundial deste setor da economia surgiu a partir da década de 1970, quando um relatório da OIT sugeriu a inserção de trabalhadores, que por não conseguirem se empregar no setor formal, dinâmico e protegido da economia, encontraram nas atividades informais uma saída para sua subsistência. De acordo com Ramos (2007), estes trabalhadores estariam longe de compor um grupo alienado do setor de produção moderno, mas contribuiriam principalmente para o desenvolvimento capitalista dos países periféricos. O setor informal seria assim composto por trabalhadores autônomos, empregados domésticos, e mesmo os pequenos negócios com até cinco empregados, consolidando uma estratégia de sobrevivência a baixos níveis de produtividade. Já o conceito de informalidade se resumiria a todas as formas de contratação que não cumprem as normas básicas de proteção social, e que segundo Dedecca (2007), podem estar presentes tanto no setor formal, como mais intensamente no setor informal.

Muitas outras constatações podem ser levantadas a respeito das transformações estruturais por que passou o emprego nas últimas décadas do século XX. A maior feminilização do trabalho, com a grande incorporação da mão-de-obra feminina no mercado também surgiu como nova tendência. O avanço cultural do século XX pôde promover a inserção da mulher neste mundo do trabalho, que impulsionada por questões de igualdade e reconhecimento, ocupou mais espaço na população economicamente ativa. Nos países mais periféricos esta inserção foi impulsionada, principalmente, pela contribuição da mulher na renda familiar e também pelo aumento expressivo de mulheres chefes de família. Contudo, este movimento deve ser levado em consideração junto ao avanço das formas precárias de empregabilidade, que acabaram por inferir às mulheres menores salários e maiores exigências quanto à qualificação. Uma das saídas para reduzir despesas utilizadas pelas empresas em reestruturação foi o emprego de mão-de-obra feminina, que pôde auferir ganhos mais elevados, em troca dos salários reduzidos.

Estes movimentos gerais podem assim caracterizar os impactos dos novos moldes de reprodução do capital sobre a classe que vive do trabalho. Em termos gerais, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e automação acabaram por gerar índices elevados de desemprego em todo o mundo, sugerindo uma reformulação das políticas de emprego e renda. A globalização econômica, sob a égide de reformas estruturais, acabou por impor jornadas de trabalho mais rígidas e uma extrema insegurança ao trabalhador, que resignado, teve de se adaptar aos novos padrões de competitividade. Dentro de um cenário de individualização do trabalho, só se viu aumentar o desemprego, as relações precárias e instáveis, o medo e as diferenças profundas entre as regiões mais desenvolvidas e aquelas que estão à margem do processo de desenvolvimento capitalista.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO

A economia brasileira, em conjunto com as demais economias periféricas da América Latina, teve seu modelo de desenvolvimento condicionado pelos movimentos da economia internacional, em busca de um padrão de industrialização que pudesse gerar o alcance de melhores condições econômicas e padrões de consumo mais elevados. Com a crise que se alastrou a partir da década de 1970, o Brasil fez opções de desenvolvimento que acabaram por deixar sua economia ainda mais vulnerável. O mercado de trabalho brasileiro, em condições mais desfavoráveis do que os mercados internacionais, sofreu os impactos das transformações econômicas e políticas dos anos do pós-guerra.

Para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro após as mudanças estruturais das últimas décadas do século XX é preciso situar as transformações na condução das políticas econômicas no Brasil, a partir do esvaziamento do modelo de substituição de importações na década de 1980. As reformas que compuseram o cenário de reestruturação da indústria brasileira e da desregulamentação comercial e financeira acabaram por promover distúrbios sócio-econômicos e alterações profundas no mercado de trabalho.

Este capítulo tem como objetivo analisar as transformações econômicas no contexto nacional, sobretudo aquelas que impactaram o emprego e a distribuição de renda. O capítulo inicia-se com uma seção sobre as principais mudanças econômicas ocorridas no pós-guerra e as conseqüências sobre o mercado de trabalho brasileiro até a década de 1980. A segunda parte trata das transformações econômicas ocorridas a partir de 1990 e seus impactos diretos sobre o emprego. As características e mudanças por que passaram o mercado de trabalho brasileiro são os temas centrais desta discussão. O capítulo encerra-se com uma breve caracterização do mercado formal de trabalho no Brasil.

3.1 As mudanças na economia brasileira no pós-guerra e as condições do mercado de trabalho

O período posterior à II Guerra Mundial foi caracterizado por elevado desenvolvimento econômico que deu aos países centrais padrões de consumo e renda elevados. Os níveis de emprego se elevaram com a criação de regulamentos e instituições de proteção ao emprego. Sob estas condições favoráveis da economia mundial, com alta liquidez de recursos e uma política favorável ao desenvolvimento do sistema capitalista, o

Brasil pôde internalizar parte de sua produção industrial, desenvolver seu comércio e sua rede urbana, iniciando a estruturação de seu mercado de trabalho. No que diz respeito ao mercado de trabalho, os avanços na modernização da indústria de bens de consumo e de bens de capital puderam assinalar um período de certa organização do trabalho, apoiada no emprego urbano e assalariado.

Estas condições foram geradas pela opção desenvolvimentista adotada pelo Brasil após a II Guerra, como forma de atenuar sua dependência de produtos industrializados. Segundo Oliveira (1998) a industrialização passou a figurar como um caminho para a superação do atraso do país e da miséria da população. O período de forte industrialização apoiado nos investimentos externos e do governo brasileiro gerou níveis elevados de crescimento do emprego (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxas de crescimento do emprego por setores. Brasil (1950/1980)

SETORES	1950/1960	1960/70	1970/80	1950/80
Primário	1,82	0,64	0,02	0,82
Secundário	1,93	6,06	7,26	5,06
Ind. de Transformação	1,98	5,19	7,78	4,95
Terciário	5,43	4,02	6,00	5,15
Total do emprego urbano	4,31	4,63	6,42	5,12

Fonte: IBGE apud Oliveira,C.(1998)

Os anos do pós-guerra foram caracterizados no Brasil como anos de desenvolvimento econômico, ancorados na política de substituição de importações, com elevadas taxas de crescimento econômico e diversificação industrial, apoiada nos investimentos de infra-estrutura financiados pela expansão da dívida externa e do crédito doméstico. De acordo com Mercadante (1998) o período pós-guerra até o início de 1980 foi sustentado por uma taxa média de crescimento de 7% a.a., com a indústria crescendo em média 9% a.a. De acordo com a Tabela 1, a indústria de transformação figurou como maior responsável pela dinamização do mercado de trabalho urbano após a década de 1960.

O período do “milagre econômico” iniciado em 1968 provocou no país um crescimento liderado pelos bens de consumo duráveis, apoiados na crescente liquidez do mercado internacional. Apesar do quadro de dependência externa que veio se agravar com o primeiro choque do petróleo em 1973 e o contínuo aumento da dívida externa nos anos subseqüentes, o esgotamento desta fase de expansão foi contido por uma alternativa de desenvolvimento, que prorrogou ainda mais o período de crescimento da indústria

brasileira. Após o choque de preços, um movimento de reorientação dos fluxos financeiros internacionais promoveu uma liquidez capaz de financiar os déficits em conta corrente dos países endividados e ainda favorecer novos empréstimos à taxas de juros flutuantes, custos elevados e prazos reduzidos (CARNEIRO, 2002).

Esse cenário de liquidez internacional proporcionou ao Governo Geisel (1974-1979) adotar um plano de ajuste, que apresentava a possibilidade de superar a dependência externa, por meio de investimentos na ampliação da capacidade produtiva. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), consistia de um amplo programa de investimentos cujos objetivos eram transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, levando o Brasil a uma posição de potência intermediária no panorama internacional.

Assim, pela condução do Estado, pôde-se desenvolver um aparato que levasse a frente a reestruturação do aparelho produtivo, por meio de políticas de estímulo as empresas privadas nacionais e a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, revelando o processo de estatização da economia, fonte geradora de empregos. Diante da internacionalização que andava em curso na economia, com o avanço das empresas multinacionais, o governo propôs o fortalecimento do capital privado nacional, como forma de atender devidos interesses e promover uma melhor distribuição de seus investimentos.

O emprego atingiu nessa época patamares estáveis e houve grande formalização dos postos de trabalho, com alterações nas legislações trabalhistas. Apesar do aumento das desigualdades sociais no país, as tensões sociais foram contidas pela ampliação do emprego em todos os setores da economia. Segundo Pochmann (2002), entre as décadas de 40 e 70 o mercado de trabalho se estruturou em torno do emprego assalariado e dos segmentos organizados da produção, ou seja, aqueles postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. O aumento dos postos de trabalho permitiu um processo contínuo de mobilidade social, ampliando as perspectivas dos jovens trabalhadores (DIEESE, 2001). O rápido crescimento da economia brasileira ampliou as oportunidades ocupacionais, assegurando um crescimento do emprego no ritmo da expansão da população ativa urbana.

Contudo, o desenvolvimento alcançado nestes anos não chegou a produzir internamente os mesmos efeitos em termos de distribuição de renda dos países centrais, apoiados no Estado de Bem-Estar Social. Embora tenha existido bons resultados imediatos, que promoveram um crescimento considerável do país até o início da década de 1980, Carneiro (2002) considera que não foram realizadas modificações substanciais no modelo

histórico de desenvolvimento, sendo que as transformações na estrutura produtiva acabaram por se manter defasadas, deixando o país mais uma vez em situação de atraso estrutural. A dependência quanto ao financiamento externo também foi se colocando como um obstáculo ao crescimento, de forma que o Brasil assinalou uma enorme dívida externa ao final do período de expansão. No que concerne ao desenvolvimento social previsto no plano, muito pouco se estabeleceu, e à medida que a industrialização se desenvolvia vigorosamente, a miséria e a exclusão social não só continuavam, como se tornavam mais agudas, mostrando a incapacidade de homogeneização da estrutura social (OLIVEIRA, 1998).

O aumento da população e o dinamismo das regiões metropolitanas provocaram uma acentuada concentração de renda, reforçando a ampliação da pobreza (BALTAR e MATTOSO, 1996). Segundo estes autores, o crescimento econômico não foi suficiente para fazer com que a maioria dos trabalhadores pudesse usufruir dos aumentos de poder de compra dos salários. Enquanto nos países desenvolvidos se beneficiavam de uma situação de quase pleno emprego, os trabalhadores brasileiros não tinham sequer políticas específicas voltadas ao emprego, e ainda enfrentavam a repressão política e sindical no contexto de um regime político autoritário. O mercado de trabalho tornou-se extremamente flexível, pelo excedente de trabalhadores no meio urbano e a ausência de proteção legal ou sindical acabou por conduzir a maior parte dos trabalhadores ao mercado geral de trabalho, com alta concorrência e baixos salários (OLIVEIRA, 1998).

Neste contexto de desigualdades gerado durante a ditadura militar a crise econômica internacional voltou a desqualificar o modelo de crescimento adotado no país. O esgotamento do modelo veio com a segunda crise do petróleo em 1979 e o aumento das taxas de juros internacionais, que levaram o Brasil a uma profunda recessão econômica, que se caracterizou pelo aumento da inflação e uma crise fiscal. A instabilidade macroeconômica provocou uma desaceleração do crescimento industrial, com contrações no produto e na taxa de investimento. Houve um colapso do padrão de financiamento da economia brasileira nos início dos anos 80, causado pela crise da dívida externa, sob um cenário de estagnação e oscilações econômicas que rompeu com as estruturas do mercado de trabalho ajustadas até este momento (POCHMANN, 2002).

Com a crise da dívida externa dos anos 80 as políticas econômicas se voltaram para a obtenção de superávits comerciais com o intuito de fazer os pagamentos do serviço da dívida. Os saldos comerciais foram obtidos à custa de estagnação econômica, elevada

inflação e a deterioração fiscal, que acabaram por levar o país a uma situação de descontrole ao final da década (BALTAR e MATTOSO, 1996).

A falência do padrão de desenvolvimento condicionou o mercado de trabalho às políticas de ajustes recessivos da economia. Com a queda da atividade econômica inúmeros postos de trabalho foram eliminados, principalmente com relação aos empregos industriais.

Para Baltar, Dedecca e Henrique (1997, p.93):

O dinamismo da geração de empregos associado à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido. Nesse processo, a indústria perdeu a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional. Os novos empregos foram criados, sobretudo pelo comércio e prestação de serviços. Por esse ângulo, pode-se afirmar que o mercado de trabalho brasileiro deteriorou-se nos anos 80, já não oferecendo tantas oportunidades de ocupação vinculadas a continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtor de bens.

Segundo Baltar e Mattoso (1996) o mercado de trabalho nos anos de 1980 foi marcado por um lento crescimento do emprego formal, com aumento proporcional dos trabalhadores por conta própria e assalariados sem contrato formal, com uma redução significativa do nível salarial. A taxa de desemprego aberto se manteve em baixa ainda nesta década, explicado pela própria formação do mercado de trabalho, com elevado grau de informalidade e alta rotatividade da mão-de-obra. A alta flexibilidade do emprego brasileiro (com salários flexíveis diante da inflação e uma política salarial que não atingia a grande massa de trabalhadores sem carteira assinada) fez com que o aumento das ocupações desprotegidas, em especial as típicas do setor terciário, servisse para absorver as ocupações típicas do segmento formal, sobretudo o emprego industrial (URANI, 1996).

O emprego formal, depois de alcançar determinado crescimento entre as décadas de 1950 e 1970, teve seu ritmo reduzido pelas políticas de ajustes dos anos 80, principalmente pelo total comprometimento no combate à inflação, que tirou de cena qualquer política pública de proteção ao emprego. A partir dos anos de 1990, entretanto, o mercado de trabalho passou a sofrer fortes ajustes e uma reformulação estrutural, como consequência do novo modelo de inserção da economia brasileira no contexto global.

3.2 Os anos de 1990: um marco na desestruturação do mercado de trabalho

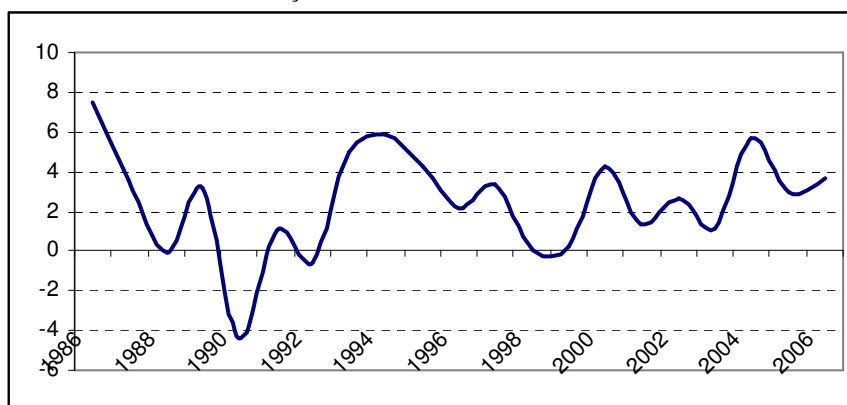
As transformações que atingiram o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 não podem ser entendidas dissociadas das políticas econômicas implementadas no país com a posse do novo governo. Para o entendimento claro da desestruturação que atingiu o emprego nestes últimos anos vale destacar primeiramente alguns pontos cruciais

na condução econômica e política do país.

A proposta que chega ao Brasil por intermédio da posse do governo Collor tem como ponto chave o controle inflacionário e a inserção brasileira nos novos moldes da globalização e do paradigma tecnológico em andamento. A estratégia de estabilização vem homologada pelas propostas neoliberais do Consenso de Washington: a abertura comercial completa, a desregulamentação da economia, as privatizações, a manutenção de um Estado Mínimo e a flexibilização dos direitos trabalhistas (MERCADANTE, 1998). Todas estas ações acabaram por mover a política econômica da década de 90, de modo que ocorreu no início da década um processo de abertura comercial e a desregulamentação das contas financeira e comercial do balanço de pagamentos.

O nível de atividade econômica no início da década se manteve em patamares muito baixos como um instrumento para conter a inflação e forçar os ajustes. Nesse período a conjuntura negativa do mercado interno inibiu os investimentos e a expansão da produção industrial, e a situação deficitária do governo provocou o estabelecimento de elevadas taxas de juros básicas, comprometendo ainda mais a retomada do crescimento econômico (SIQUEIRA, 2000). O Produto Interno Bruto diminuiu cinco pontos percentuais entre 1989 e 1992, alavancado pela queda da produção do setor industrial, e se manteve em baixo crescimento durante toda a década⁶.

Gráfico 1 - Variação real do PIB. Brasil, 1986 a 2006



Fonte: Bacen.

A abertura comercial e a manutenção da moeda sobrevalorizada por meio das altas taxas de juros representaram a âncora do plano de estabilização implementado por Fernando Henrique Cardoso em 1994. De acordo com Mercadante (1998) apesar da

⁶ De acordo com Prado (2006) os anos 90 tiveram, em média, crescimento anual do PIB de 2,6%, representando metade da média dos cem anos do século XX.

criatividade advinda com a implementação da URV, a estabilização foi fundamentada no aumento acelerado das importações e a absorção de recursos externos, que entraram no país a partir da abertura. Para Arienti e Campos (2003), os adeptos às reformas acreditavam que o Plano Real não significaria apenas um plano de estabilização da moeda, mas que definiria os novos contornos de inserção da economia brasileira na nova realidade internacional, por meio de aumento da produtividade e competição externa.

Contudo a política de abertura comercial elevou a competição no mercado interno e liberou uma parcela grande do mercado interno para as importações. Entre 1991 e 1995 a taxa de crescimento anual das importações chegou a 19% e entre 1995 e 1999 atingiu uma média anual de 21,7% (ARIENTI e CAMPOS, 2003). A política de valorização cambial aumentou significativamente a competitividade das importações e reduziu das exportações, agravando a posição da indústria brasileira diante de seus concorrentes.

Ao contrário do que previa a política comercial, houve uma diminuição da capacidade competitiva das exportações brasileiras e a abertura comercial não pôde trazer de imediato a modernização tecnológica e gerencial prevista pelo plano. As inovações tecnológicas e organizacionais chegaram às empresas de forma lenta e insatisfatória e os ajustes pela maior competitividade chegaram pela via de redução direta dos custos industriais. Os esforços em melhorias de qualidade e ganhos de produtividade não apresentaram resultados no total de gêneros da indústria e várias empresas chegaram ao final da década de 90 sem recuperar os níveis de produção de meados dos anos 80 (SIQUEIRA, 2000).

A implantação no Brasil destas políticas de liberalização comercial e financeira, privatização e de desregulamentação da economia, iniciada no governo Collor e acelerada na gestão Fernando Henrique Cardoso, foi acompanhada por mudanças na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho, que acabaram por transformar o desemprego em um dos problemas centrais da sociedade brasileira (MERCADANTE, 2002). A incapacidade de assegurar um novo projeto de desenvolvimento nacional fez com que a abertura brasileira acontecesse de forma indiscriminada e sem qualquer vinculação à uma política de proteção industrial e do emprego. A competição externa, que atingiu as empresas nacionais, provocou uma reestruturação forçada em suas bases produtivas, e o ajuste se iniciou com a deterioração do mercado de trabalho. A transigência do governo em relação à adoção de medidas como a abertura comercial, taxas de juros elevadas, câmbio apreciado e redução do papel do Estado resultaram tanto num instável crescimento econômico como em uma intensificação da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas. “Esse

movimento acabou por eliminar e/ou deslocar postos de trabalho, via racionalização, aumento da produtividade e intensificação do processo de terceirização, nas regiões mais industrializadas” (DIEESE, 2001, p. 62).

A opção política adotada no início da década forçou alterações no sistema nacional de relações de trabalho, que teve que sucumbir ao legado da flexibilização e liberalização em voga. As empresas adotaram uma posição defensiva e claramente seletiva, focando suas atividades nos mercados que pareciam ter alguma perspectiva e eliminando capacidade produtiva em outros (DEDECCA, 1998). A redução da capacidade produtiva foi acompanhada pela modernização tecnológica e organizacional, convergente com as tendências internacionais. Estas transformações no capitalismo mundial, já discutidas neste trabalho, redefiniram os parâmetros produtivos e tecnológicos, mas por outro lado não avançaram no sentido de articular um claro padrão de desenvolvimento, acabando por acentuar a desordem econômica e do mundo do trabalho (BALTAR e MATTOSO, 1996).

A elevação da inflação, aliada à ruptura do modelo de desenvolvimento brasileiro, favoreceu a estagnação produtiva, tornando os ciclos de crescimento praticamente nulos e interrompendo o processo de assalariamento e formalização das relações de trabalho, que acabou por ampliar a pobreza, a exclusão e a heterogeneidade do mercado de trabalho (MATTOSO, 1995). O ajuste recessivo que se impôs ao país e às organizações industriais provocou uma redução acentuada do nível de emprego e introduziu um debate a cerca do redesenho das relações de trabalho no país.

Conforme destaca Chahad (2002), a retomada da estabilidade de preços, apesar das implicações positivas em termos de diminuição dos índices de pobreza, também revelou a existência do desemprego aberto, de baixos níveis de salário real e produtividade. A abertura da economia forçou as empresas a se reestruturarem para competir internacionalmente, por meio de novas tecnologias e práticas de gestão. Estas práticas levaram a uma desestruturação do mercado de trabalho, causando um aumento do desemprego estrutural e o surgimento de novas modalidades de contratação, precarizadas e inseguras.

A redução da proteção do Estado nas relações de emprego agravou ainda mais a sustentação do mercado de trabalho regulamentado, e os sindicatos perderam forças ao se transferir as negociações coletivas ao âmbito da empresa e ao funcionário individualmente. Dentro dos setores modernos da economia, segundo Dedecca (1998), onde os processos de negociação se encontravam mais desenvolvidos, observou-se que as empresas passaram a reivindicar a descentralização das negociações coletivas, em especial nos temas referentes

à jornada de trabalho e ao processo de terceirização das atividades.

O Estado brasileiro passou nesse período de promotor direto da produção para regulador da economia. O aumento populacional no país também surgiu como agravante, dado que o mercado formal teve dificuldades para incorporar a nova mão-de-obra, que pressionou as taxas de desemprego e a informalidade (CHAHAD, 2002). As privatizações do setor público, realizadas para ajudar a fechar o balanço de pagamentos desequilibrado, reduziram os níveis de emprego e milhares de empregados públicos se uniram ao contingente de desempregados brasileiros.

Uma rede de inseguranças se estabeleceu em torno do mercado de trabalho brasileiro. O aumento do desemprego, das formas precárias de contratação e os baixos salários praticados no mercado informal tornaram-se aspectos comuns do dia-a-dia dos que estavam inseridos neste mercado. Por causa destas inseguranças, muitos trabalhadores passaram a se submeter à formas precárias de trabalho e remuneração. O quadro 1 destaca alguns elementos observados a partir das mudanças que se colocaram no mundo do trabalho.

Quadro 1 - Elementos da Rede de Segurança do Mercado de Trabalho. Brasil, 1980 a 2000

Rede de Segurança	Anos 80	Anos 90	Anos 2000
Mercado de Trabalho	Desemprego cresce no início da década e cai ao final	Desemprego dobra no período (exceto 1ºs 18 meses do Plano Real)	Lenta queda do desemprego
Emprego	Formalização continua crescendo	O emprego se precariza	Aumento do processo de formalização e recuo das terceirizações
Renda	Flutua muito, mas sucumbe à inflação	Renda real cai continuamente (exceto 1º 18 meses Plano Real)	Lenta recuperação da renda
Contratos	Ampliação no nº de cláusulas dos contratos de trabalho	Redução do nº de cláusulas nos CT e nas súmulas protetoras do TST	Procuradoria do trabalho e TCU exigem recuo de terceirizações no setor público
Organização Trabalhista	Cresce a qualidade da ação e organização sindical e o nº de negociações coletivas	Explode o nº de sindicatos de papel e há retração na ação dos sindicatos legítimos	Sobe significativamente o nº de negociações trabalhistas com ganhos acima do INPC

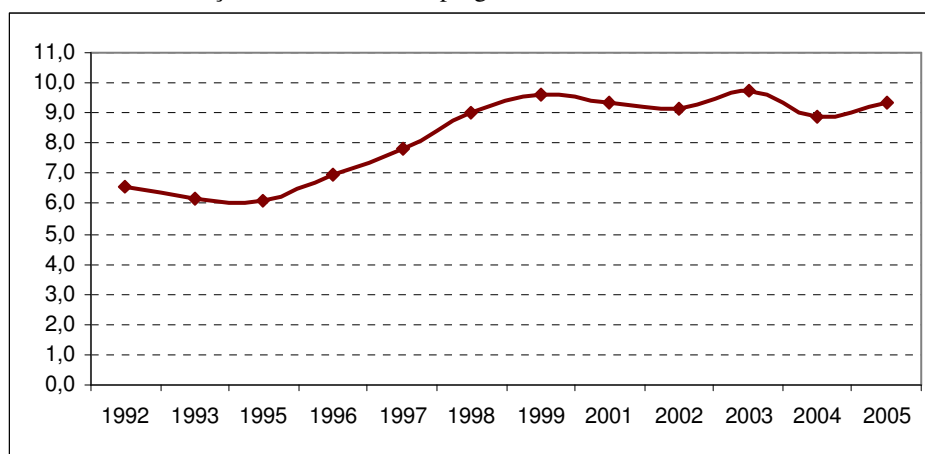
Fonte: Prado, A.(2006)

Observa-se que o mercado de trabalho nos anos 80 ainda se manteve com certa organização, apesar da queda do emprego industrial e da perda salarial revelada pela alta inflação. Os anos 90, entretanto, desestabilizaram as redes de segurança alinhadas até aquele momento e o desemprego cresceu exacerbadamente, a renda caiu de forma contínua

e os trabalhadores perderam ganhos de cláusulas.

O desemprego na década de 1990 passou por uma trajetória de crescimento, interrompida brevemente entre 1993 e 1995, durante a fase expansiva do Plano Real, e que continuou no início do governo FHC, diante dos choques monetários adotados para manter a moeda sobrevalorizada (Gráfico 2). Segundo estudo do DIEESE (2001), a permanência desse desemprego elevado e de longa duração, corroeu a segurança no mercado de trabalho e fez com que os jovens dessa década perdessem a expectativa de mobilidade social. O emprego de tempo integral, protegido pela legislação, foi substituído por vínculos vulneráveis, como o trabalho sem carteira, autônomos e o emprego doméstico, sempre em condições mais precárias de atividade.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de desemprego aberto no Brasil entre 1992 e 2005.



Fonte: PNAD

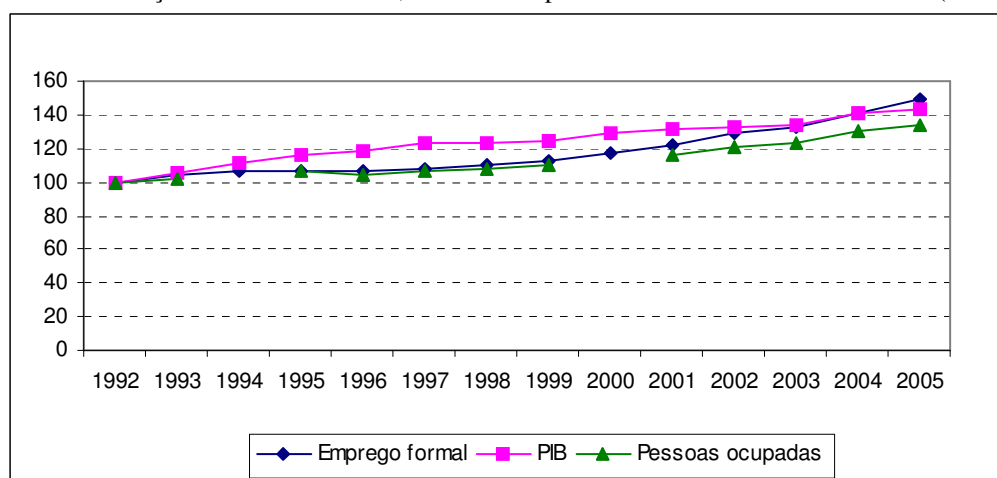
Houve no Brasil uma precarização das relações de trabalho, como resultado das políticas de desenvolvimento adotadas. O emprego industrial caiu, revelando o ajuste defensivo das empresas frente à recessão, com aumento de ocupações instáveis, relacionadas às formas de produção flexíveis. As ocupações do setor de serviços e dos segmentos informais tiveram aumento, revelando uma mudança estrutural no mercado de trabalho, que segundo Cardoso Jr. (2001), seria fruto da perda do dinamismo econômico do Estado e, principalmente, de estratégias de sobrevivência dos trabalhadores diante das poucas alternativas de empregabilidade com proteção social.

Fazendo um balanço da década, Pochmann (2006) observa distintos comportamentos em 1990 que resultaram em impactos diferentes sobre o nível de emprego nacional. Primeiro, entre 1990 e 1992, num período de recessão econômica, o emprego

assalariado formal diminui em 8,4% e a taxa de desemprego subiu 130%. Já entre 1993 e 1997, quando a produção doméstica se elevou pelo aumento do investimento externo, das importações e do endividamento, que acabaram por gerar aumento do consumo, o emprego assalariado formal se reduziu em 1,4% e o desemprego cresceu 18,5%. Com a desaceleração econômica entre 1998 e 1999 o emprego formal caiu 3,1% e a taxa de desemprego se elevou em 45%. Somente a partir da desvalorização do real e a mudança no regime cambial é que o nível de emprego voltou a registrar um movimento menos desfavorável, assinalando uma recuperação do nível geral de emprego desde 1999. Mas, segundo o autor, essa recuperação se deu fundamentalmente pela ocupação da capacidade ociosa do setor produtivo, dada a ausência de aumento dos investimentos, ganhando destaque a geração de postos de trabalho de baixa qualidade e baixa remuneração.

Segundo Prado (2006) após o colapso do câmbio em janeiro de 1999 a adoção do regime de metas de inflação e câmbio flutuante fez com que este quadro apresentasse uma leve recuperação, mas em um movimento de lentidão devido ao acúmulo de déficits do período anterior.

Gráfico 3 - Evolução dos índices do PIB, Pessoas Ocupadas e Postos Formais de Trabalho (1992=100)



Fonte: IPEAdata, IBGE e MTE.

A elevação do emprego formal vem ocorrendo desde 1999, mesmo diante da manutenção de reduzidas taxas de crescimento econômico. A constatação de que ocorreu uma modificação na relação emprego formal/PIB parece explicar este movimento. Com a abertura comercial, a valorização cambial e as modificações na estrutura produtiva e organizacional do início dos anos 90 reduziu-se a relação entre a expansão do emprego formal e o PIB, e aliados a estes movimentos, o baixo crescimento econômico provocou a

elevação do desemprego no país. As mudanças após 1999, com a desvalorização do real, provocando maior competitividade externa e maior proteção interna, reverteram esta relação, sendo que o aumento das exportações pode ter contribuído para a elevação da relação emprego formal/PIB. O câmbio, os baixos salários e o comportamento do mercado internacional favoreceram o aumento das exportações, elevando a produção interna e o nível de emprego (SANTOS, 2006). Além disso, a maior fiscalização da legislação trabalhista pode ter contribuído no aumento da formalização dos postos de trabalho, assim como a extensão dos benefícios trabalhistas a empregados domésticos, e as formas especiais de contratação previstas pela Lei, que permitiram a maior flexibilização dos contratos de trabalho (CHAHAD, 2006).

De acordo com Santos (2006), estes efeitos da elevada elasticidade emprego formal/PIB não podem, entretanto, se manter contínuos e elevar as taxas de emprego formal de maneira permanente. Considerando o ritmo de crescimento da população economicamente ativa brasileira, apenas a elevação das taxas de crescimento do PIB poderá manter o emprego em crescimento, e provocar melhoras significativas no mercado de trabalho brasileiro.

As mudanças em curso na economia brasileira não estariam assim levando a um contexto de crescimento sustentado, sendo o desemprego e o crescimento da precarização das relações de trabalho resultados diretos da orientação da política macroeconômica. A recuperação da atividade econômica não significou a ampliação dos empregos regulares e qualificados. O aumento da deterioração das condições de trabalho e a continuidade de elevadas taxas de desemprego aberto sinalizam “a existência de uma fase em que o emprego regular e regulamentado encontra-se deslocado da centralidade das políticas macroeconômicas. Elas se voltam muito mais para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento da questão do desemprego” (POCHMANN, 2002, p. 88).

3.3 Breves comentários sobre o mercado formal de trabalho no Brasil

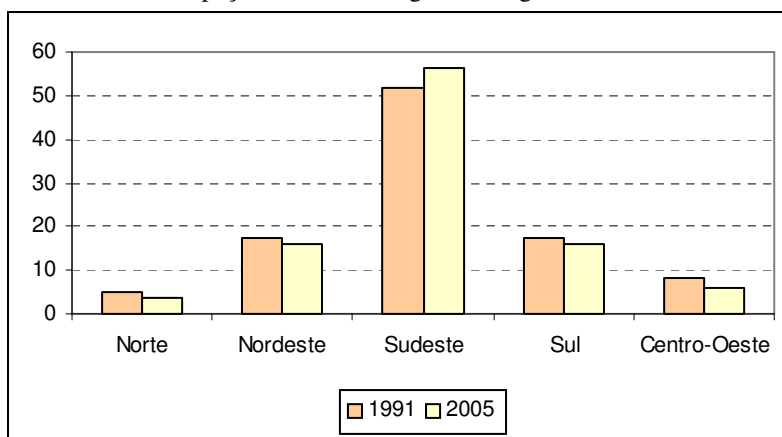
A recuperação do nível de postos formais de trabalho a partir de 1999 vem gerando discussões a cerca das razões desta elevação frente aos baixos índices de crescimento econômico registrados. A mudança de política cambial favoreceu a recuperação das exportações e houve também um aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo Cardoso (2006) a política macroeconômica do governo Lula, mesmo que nos seus fundamentos não tenha rompido com as políticas da gestão anterior, provocou uma evidente melhora dos indicadores. O saldo comercial em 2005 atingiu US\$ 44 bilhões, com as exportações chegando a US\$ 118,30 bilhões. Além disso, os produtos manufaturados recuperaram participação relativa na pauta de exportações, diferentemente do ocorrido nos quatro anos anteriores. O mercado formal de trabalho continua gerando empregos como nunca ocorreu desde 1992, quando a pesquisa do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) começou a ser divulgada.

Uma análise da evolução da participação do emprego formal demonstra algumas características deste tipo de ocupação no Brasil. Em 1991 o estoque de empregos formais do país era de 23 milhões de postos de trabalho, alcançando em dezembro de 2005 um saldo equivalente a 33,2 milhões de empregos formais. Embora estes números estejam em crescimento, representam um índice de formalidade de apenas 30%, onde a grande parte da população em idade ativa se encontra fora do mercado protegido e formalizado.

O Gráfico 4 apresenta a participação relativa das regiões brasileiras no total do estoque do emprego formal brasileiro entre os anos de 1991 e 2005.

Gráfico 4 - Participação dos PFT nas grandes regiões. Brasil, 1991/2005.



Fonte: RAIS/ MTE

Levando em conta as diferenças demográficas de cada região, a região Sudeste aparece ainda como a maior retentora de postos formais de trabalho. Sua participação relativa em 1991 era de 51,7% do estoque total de postos formais, relação esta que se elevou para 56,3% em 2005.

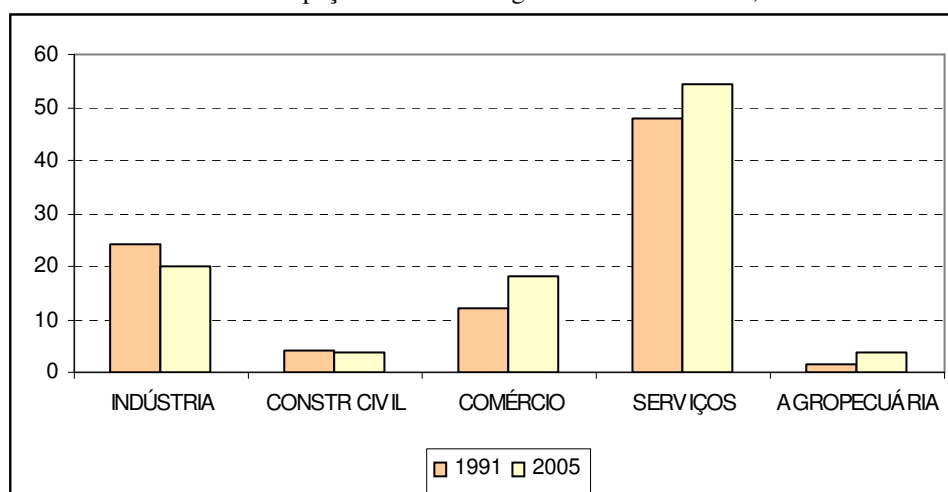
Todas as demais regiões perdem participação para o Sudeste: o Norte passa de uma participação de 5% para 3,7% em 2005; a região Nordeste tem queda de participação de

17,4% para 15,9%; o Sul, segundo maior retentor de postos formais, perde participação de 17,5% para 16,1% do total de empregos formais; e o Centro-Oeste, sofre uma variação de 8,2% para 6,1% no estoque de empregos entre 1991 e 2005.

Deste modo, apesar do número absoluto de postos formais de trabalho ter crescido em todas as regiões, o que ocorreu desde 1991 foi uma maior concentração de novos empregos nas regiões historicamente mais desenvolvidas do país, revelando ser baixa a probabilidade de diminuição das desigualdades regionais.

O Gráfico 5 apresenta a participação relativa dos postos formais de trabalho distribuídos pelos grandes setores de atividade (conforme classificação do IBGE). De acordo com o gráfico a década de 90 e o início dos anos 2000 registraram a continuidade das mudanças na estrutura ocupacional brasileira.

Gráfico 5 - Participação dos PFT nos grandes setores. Brasil, 1991/2005



Fonte: RAIS/ MTE

Até mesmo entre as ocupações formais os serviços já se destacam como maior absorvedor de empregos assalariados. Em 1991 os serviços absorviam já 48% do total de empregos formais, elevando sua participação para 54% em 2005. O comércio também sofre expressivo aumento de participação, com seu emprego se elevando de 12% para 18% do total de ocupações. A agropecuária também tem sua participação elevada, principalmente pela maior formalização que atingiu os postos de trabalho tipicamente informais deste setor.

Em contrapartida, a indústria teve queda de participação reduzindo de 24,1% em 1991 para 19,9% em 2005. A construção civil, apesar da baixa participação no total das ocupações formais também apresentou queda de participação, como um setor que responde rapidamente as oscilações macroeconômicas.

Apesar de todas as atividades econômicas terem alcançado certa expansão em termos absolutos, dinamizados pelo aumento do emprego formal a partir de 1999, percebe-se que a composição e qualidade destes empregos criados ou formalizados se alteraram. Os postos de trabalho na indústria tiveram expressiva queda com a reestruturação produtiva que os atingiu, até hoje não se recuperando os patamares de qualidade e participação do início da década. O aumento da produtividade nas indústrias teve efeitos deletérios sobre o total de empregos e o aumento das terceirizações de parcela das atividades produtivas pode ter contribuído para o aumento da participação dos setores de serviços. Baltar e Mattoso (1996) destacam que a terceirização das atividades e a importação de bens intermediários permitiram aumentar a produção de uso final com uma ínfima geração de empregos nas empresas industriais.

Estes efeitos desestruturantes que atingiram o mercado de trabalho brasileiro também afetaram os empregos formais em Santa Catarina. O próximo capítulo trará as considerações a respeito das mudanças na qualificação e evolução do emprego catarinense, embasadas nos mesmos movimentos que alcançaram o emprego mundial e nacional.

4. EVOLUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

Este capítulo apresenta algumas características do mercado formal de trabalho catarinense, tanto em termos do emprego formal como características gerais do emprego catarinense.

A primeira seção trata dos aspectos gerais da formação catarinense, sua estrutura produtiva e seu mercado de trabalho. A segunda apresenta a evolução do emprego formal a partir da década de 1990, analisando as principais características deste tipo de ocupação no Estado.

A última seção traz um retrato estratificado da dinâmica atual do mercado formal de trabalho em Santa Catarina, permitindo uma qualificação dos postos de trabalho nas diferentes categorias de análise, tomando-se como referência os setores de atividade econômica.

4.1 Santa Catarina: sua economia, estrutura ocupacional e mercado de trabalho.

A economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo desenvolvimento da economia brasileira, que sofreu influências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990. Estas transformações possibilitaram o início do processo de reestruturação econômica nas empresas, atingidas pelo aumento da competição externa. As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste cenário com a redução das atividades produtivas estatais e a reestruturação do parque industrial, distribuído por todo o estado e em diferentes setores da economia.

A atual conformação da estrutura produtiva e ocupacional catarinense é fruto das políticas que ora incentivaram a expansão e diversificação industrial e ora agravaram a situação competitiva dos setores produtivos. Dois movimentos fortes podem ser observados no comportamento do padrão de crescimento adotado pelo Estado.

Em um primeiro momento, a estrutura produtiva catarinense passou por um processo de modernização e integração regional a partir dos anos 60, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica de acumulação capitalista em curso no Brasil, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

De acordo com Goularti Filho (2003) a partir da década de 1960, por meio do apoio efetivo do investimento estatal, a indústria catarinense se ampliou e se diversificou em vários setores dinâmicos de produção. Apoiado nos investimentos do Estado e na consolidação do capital privado nacional, que já detinha uma estrutura tradicional nos setores têxteis e alimentícios, o desenvolvimento de uma base produtiva sólida proporcionou um crescimento considerável da economia catarinense. Houve expansão no setor tradicional têxtil e a introdução de setores expressivos como o metal-mecânico, cerâmico, papel e celulose, plástico e ainda um fortalecimento dos complexos agroindustriais.

Entre 1950 e 1980 o PIB brasileiro cresceu a taxas médias de 7% ao ano, enquanto Santa Catarina obteve médias de crescimento até 40% acima das taxas nacionais (ABREU, 2007). Neste período, o mercado de trabalho catarinense passou também por profundas mudanças, sendo que muitas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de trabalho e renda nas regiões mais desenvolvidas. A indústria de transformação foi se alicerçando em torno dos grandes centros regionais que se formaram em Joinville, Blumenau e Criciúma e estes locais passaram a atrair grande parte da população economicamente ativa do estado (LINS e MATTEI, 2001).

Esta trajetória de crescimento que fez com que o estado se destacasse no cenário nacional foi interrompida, entretanto, a partir da década de 1990. As crises enfrentadas pela economia brasileira interferiram na dinâmica produtiva catarinense e a reestruturação industrial que se iniciou globalmente atingiu também as fábricas catarinenses. A abertura comercial e as políticas adotadas a partir do Governo Collor provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas a repensar os rumos de suas atividades. O aumento da competitividade externa ocasionou o fechamento de muitas empresas e a redução das atividades em outras, diminuindo assim o número de trabalhadores. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

Lins e Mattei (2001) também destacam este processo e complementam que a entrada de importados, amplificada depois pela política cambial do Plano Real, forçou a reestruturação de muitas empresas por uma modernização tecnológica e organizacional. Obtidos os avanços em competitividade e qualidade, restou, porém um enorme contingente de desempregados em diferentes setores de atividade.

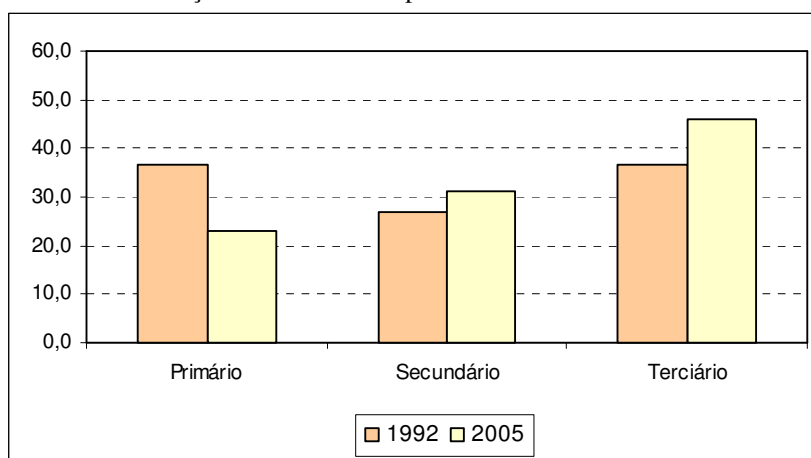
Ocorreu ainda uma forte redução das atividades estatais, oriundas das privatizações que passaram a atingir o complexo industrial nacional. Em Santa Catarina ocorreu uma

forte reestruturação do setor têxtil, com a retração do segmento, a reestruturação da indústria cerâmica e do setor eletro-metal-mecânico, o desmonte do setor carbonífero e ainda a desnacionalização do complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2003).

A partir de então o mercado de trabalho em Santa Catarina passou a assumir os mesmos problemas de exclusão e desemprego como no restante do país (DIEESE, 1996). O comportamento do emprego passou a responder as iniciativas governamentais e empresariais, que incentivaram as terceirizações, as novas técnicas de gestão e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. Houve como em todo o país o aumento das ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações do setor terciário.

O Gráfico 6 apresenta a estrutura ocupacional em Santa Catarina entre os anos de 1992 e 2005 e revela que a maior parte dos trabalhadores já se concentra nas ocupações terciárias, que incluem aqui o comércio, a prestação de serviços e a administração pública. O setor primário perdeu ainda mais participação nos últimos anos, enquanto o setor industrial permanece com cerca de 30% da população ocupada.

Gráfico 6 - Distribuição da estrutura ocupacional. Santa Catarina. 1992-2005.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE/PNAD.

Estas ocupações em alta no setor terciário, afirma Baltar (2002), se refletem nas mais variadas formas de ocupação, desde empregados assalariados sob CLT ou regime estatutário, mas, principalmente, assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria. Esta proliferação de ocupações sem proteção social e regulamentação, juntamente com a manutenção de baixos rendimentos, é que vão caracterizar a recente precarização do emprego também no estado catarinense.

Quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho no estado a Tabela 2 mostra que a ocupação cresceu sensivelmente menos do que a população economicamente ativa, apesar da taxa de ocupação se manter elevada no estado, em torno de 95,4%. Tal tabela apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e gênero, sendo que os valores são relativos à semana de referência. Os desocupados são os que procuraram trabalho nos últimos sete dias, antes da pesquisa.

A PEA ocupada apresenta crescimento de 2,44% ao ano no período, enquanto a PEA total cresce 2,5% ao ano. Os desocupados, ou desempregados, apresentaram crescimento de 3,86% ao ano, o que elevou a taxa de desocupação de 3,82% em 1992 para 4,53% em 2005. O desemprego atingiu mais intensamente a população economicamente ativa feminina, que apesar do aumento na participação relativa (passa de 39% em 1992 para 45% em 2005) alcançou uma variação média anual de 6,19%.

Assim, apesar de apresentar taxas de desemprego em geral menores do que a média nacional, o estado catarinense conviveu nas últimas décadas com um aumento substancial do contingente de desocupados, que se expressaram, sobretudo, na população feminina.

Tabela 2 - População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.

Condição de atividade e de ocupação	1992	2005	1992/2005 % a.a. ⁷
Economicamente ativas	2.407.458	3.319.287	2,5
Ocupadas	2.315.516	3.168.780	2,44
Taxa de ocupação (%)	96,18	95,47	-
Desocupadas	91.942	150.507	3,86
Taxa de desocupação (%)	3,82	4,53	-
Homens	1.447.758	1.835.344	1,84
Ocupados	1.400.085	1.781.459	1,87
Desocupados	47.673	53.885	0,95
Mulheres	959.700	1.483.943	3,41
Ocupadas	915.431	1.387.321	3,25
Desocupadas	44.269	96.622	6,19
Não economicamente ativas	1.239.473	1.654.391	2,25

Fonte: PNAD.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos

⁷ Esta taxa de crescimento médio foi obtida a partir do cálculo $\left(\left(\frac{b}{a}\right)^{\frac{1}{13}} - 1\right) \times 100$, onde a representa o valor do ano de 1992 e b o valor de 2005. Fonte: Niederle, S. (2005).

estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada. A Tabela 3 vai apresentar os dados comparados entre a população economicamente ativa e os postos formais de trabalho em Santa Catarina.

Observando os dados agregados dos anos em questão, verificamos uma mudança no movimento da última década, com uma gradual elevação do emprego formal nos últimos anos. O crescimento do emprego formal foi superior ao crescimento da população economicamente ativa, crescendo a uma taxa média anual de 4,3%. Mesmo considerando esta variação positiva, o incremento foi insuficiente para atender o total da PEA catarinense, e o emprego formal chegou a 2005 com uma participação de 44,7% sobre a PEA.

Tabela 3 - População economicamente ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina, nos anos de 1992 e 2005.

	1992	2005	var. absoluta
PEA	2.407.458	3.319.287	911.829
PFT	821.482	1.486.969	665.487
PEA - PFT	1.585.976	1.832.318	246.342
PFT/PEA	34,12%	44,79%	

Fonte: RAIS e PNAD.

Houve um aumento de 665.487 postos formais de trabalho entre 1992 e 2005, contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a Tabela 3, 246.342 pessoas ficaram fora do mercado de trabalho protegido em 2005, sendo obrigadas a procurar novas formas de empregabilidade.

Esses dados evidenciam as transformações ocorridas nas relações de trabalho na economia catarinense, onde cada vez mais um contingente de trabalhadores se vê forçado a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho para subsistir. Cresce a cada ano o número de pessoas empregadas informalmente, com tempo de trabalho parcial, sem direitos e subempregadas. Os movimentos observados nacionalmente, de fragilidade das novas relações trabalhistas, de insegurança do emprego e da renda, e de aumento da condição de desocupação também são observados no âmbito do estado catarinense.

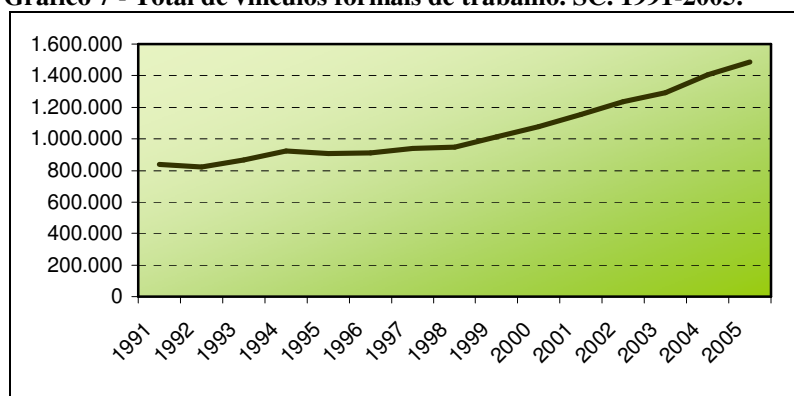
A próxima seção tratará mais especificamente do emprego formal catarinense, estabelecendo relações quanto à alocação qualitativa e quantitativa deste mercado de trabalho, tradicionalmente mais protegido e por isso mesmo, mais competitivo para o trabalhador.

4.2 A evolução do emprego formal em Santa Catarina

O mercado formal de trabalho catarinense apresentou nos últimos anos uma evolução crescente, de modo que os setores mais dinâmicos do estado, em especial a indústria de transformação, foram responsáveis pelas maiores variações no total do emprego. Dessa forma, as decisões empresariais de reestruturação e modernização do setor produtivo a partir do início da década de 1990 provocaram distintos efeitos na determinação do emprego formal.

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995 houve uma queda do número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, de forma que se perderam empregos estáveis no período. O outro movimento ressaltado no Gráfico 7 é a inversão que se dá a partir de 1999, quando as ocupações formais começam a recuperar o crescimento. Entre 1991 e 2005 os postos formais de trabalho (PFT) cresceram a uma taxa média anual de 4,12% a.a., enquanto que entre 1999 e 2005 o crescimento médio foi de 6,42% a.a.

Gráfico 7 - Total de vínculos formais de trabalho. SC. 1991-2005.



Fonte: RAIS/MTE.

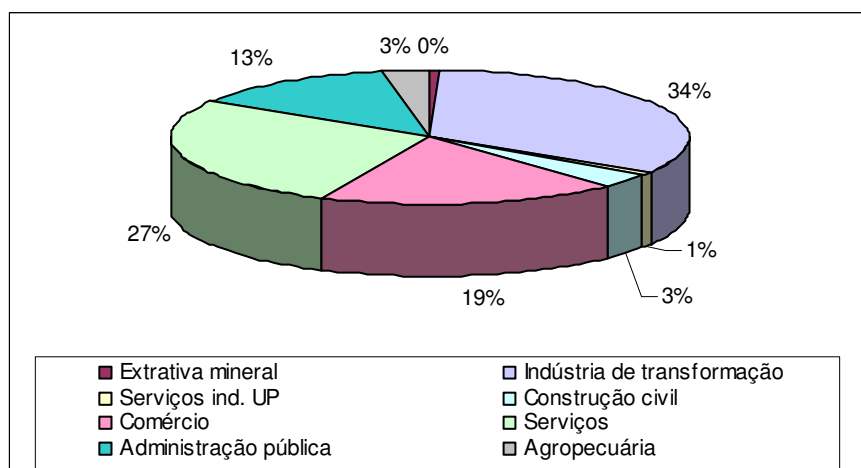
Diante do baixo crescimento do PIB do país nos últimos anos, a elevação do emprego formal aparece como um fato relevante. A desvalorização da moeda ocorrida em 1999 com a intensificação do comércio mundial dinamizaram as exportações brasileiras e podem ter contribuído para este aumento dos postos formais. Outra causa desta elevação foi, segundo Baltar (2006), a maior fiscalização promovida pelo estado brasileiro com

relação às leis trabalhistas, que passou a combater as fraudes e incentivar a formalização dos trabalhadores.

O Gráfico 8 mostra a participação relativa dos empregos formais em Santa Catarina de acordo com as atividades econômicas. O desempenho do emprego formal, segundo o setor econômico, revela como os setores produtivos responderam às transformações econômicas ocorridas a partir de 1990. Nesta avaliação, podemos identificar os setores responsáveis pelo maior dinamismo na geração de postos formais de trabalho e, conseqüentemente, aqueles onde os vínculos formais foram reduzidos.

A análise atual desta distribuição indica que a indústria de transformação ainda absorve a maior parcela dos trabalhadores formalizados, mostrando ser uma estrutura mais organizada e de maior força econômica no estado. Os serviços já aparecem com cerca de 27% de participação, sendo um setor em expansão em todas as regiões do estado. Em seguida destacam-se os setores de comércio, que se expande conforme aumenta a atividade produtiva, e a administração pública que absorve cerca de 13% do total de empregos formais no estado.

Gráfico 8 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores de atividade em Santa Catarina, 2005.



Fonte: RAIS/MTE

Lins e Mattei (2001) apresentam a composição setorial do PIB em Santa Catarina, atribuindo que o alicerce da economia catarinense ainda se estabelece no setor secundário, que em 1998, detinha 45,3% de participação relativa no produto interno do estado. Segundo os autores, o desempenho favorável do PIB catarinense, que durante a década de 90 apresentou um crescimento médio anual superior às taxas do país, deve ser creditado em

grande medida ao papel da indústria na produção do estado. Dessa forma, o emprego formal e protegido detém maior participação também no agregado do setor industrial.

De acordo com a Tabela 4 observa-se que entre 1991 e 2005 houve uma alteração na distribuição dos postos formais de trabalho no Estado. Fica claro que setores, como a extração mineral, reduziram consideravelmente o número de vínculos formais, enquanto os demais setores apresentaram uma tendência de crescimento dos vínculos formais em termos absolutos.

Tabela 4 - Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período de 1991 a 2005.

Ano	Ext. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comércio	Serviços	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
Taxa % a.a.	0,19	3,62	0,04	5,18	7,55	5,53	2,79	6,75	4,12

Fonte: RAIS/MTE

O setor de extração mineral apresentou tal comportamento pela deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor. A tabela mostra que em 1991 o setor detinha uma participação absoluta de 7,2 mil PFT, o que equivale a uma taxa de participação relativa de 0,86% (Anexo A). Porém, em 2005, essa participação passa a representar um número de 6,7 mil PFT, que equivale a 0,46%, sendo o setor que mais liberou mão-de-obra ao longo do período. De acordo com Ouriques e Vieira (1998), a indústria extrativa mineral, concentrada no sul do estado, já vinha reduzindo sua produção desde a década de oitenta, com o aumento das importações, mas a desregulamentação da atividade pelo estado foi fundamental para a desestruturação do setor e assim a redução dos postos formais de trabalho.

Os serviços industriais de utilidade pública também tiveram queda nos postos formais de trabalho, voltando a recuperar o patamar de PFT somente a partir de 2003. Sua participação relativa passou de 1,64% em 1991 para 0,97% em 2005. As privatizações de setores de serviços públicos, incentivadas e adotadas a partir dos anos de 1990, foram claramente responsáveis pela redução dos postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação, setor que sofreu impactos negativos com a implantação das políticas econômicas da década de 1990, apresentou ampliação absoluta de vínculos formais, sendo ainda responsável pela maior parcela de postos formais de trabalho no Estado, aspecto que já vem se modificando em outras unidades da federação. Apesar da importante participação no período, o setor apresentou momentos de redução dos vínculos formais, como é o caso do intervalo 1994-1998, ocasionado pelas políticas implementadas nesse período, de valorização cambial, que favoreceram a entrada de produtos importados, fazendo com que muitas indústrias tivessem uma retração da produção, principalmente as indústrias de calçados e têxteis.

A indústria de transformação apresentou no período uma taxa de crescimento médio anual de 3,62% com uma participação absoluta em 1991 de 295 mil PFT passando para 493,2 mil PFT em 2005. A participação relativa passou de 35,27% para 33,17%, revelando que mesmo com um aumento dos vínculos em termos absolutos a participação relativa do setor no mercado formal de trabalho se reduziu, havendo assim uma liberação de mão-de-obra para outros setores.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou períodos de expansão e contração dos vínculos formais no intervalo 1991-2005. Sua participação relativa em 1991 foi de 2,49% passando a 3,36% em 2005, com um crescimento médio de 5,18% a.a. A baixa taxa de participação deste setor no agregado do emprego formal é reflexo da precarização que atinge este setor em âmbito nacional, já que o setor possui historicamente baixas taxas de formalização.

Os setores de comércio e serviços ampliaram os postos formais de trabalho no período e continuam a aumentar o número de empregos formais no Estado, representando cerca de 45% do total de empregos formais em 2005. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 5,53% a.a e o comércio obteve uma taxa média de crescimento de 7,55% a.a.

O comércio e os serviços foram setores que apresentaram crescimento absoluto de vínculos formais em praticamente todo o período, refletindo as mudanças estruturais no

mercado de trabalho. De acordo com estudos do Dieese (1999), os setores de comércio e serviços cresceram mais rapidamente que a indústria nas últimas décadas, condicionados por fatores como a urbanização, a redução do emprego agropecuário, a migração rural-urbana e a crise industrial.

O comércio em 1991 apresentava uma participação absoluta de 101 mil empregos, com participação relativa de 12,09%. Em 2005 essa participação se eleva para 283,8 mil empregos formais, que representa uma taxa relativa de 19%. Os serviços têm uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 205 mil empregos em 1991 para 397,8 mil em 2005. É um setor que absorveu grande parte do excedente industrial, de modo que em 2005 foi responsável pela absorção de 26,76% dos PFT.

A administração pública foi um setor que sofreu mudanças no período e ficou condicionado às políticas de ajuste fiscal, que contribuíram para reduzir o peso do setor no mercado formal. O setor obteve crescimento médio anual de 2,79% entre 1991 e 2005, no entanto sua participação relativa decresceu em boa parte dos anos. Em 1991 absorvia um número de 130,5 mil empregos, que equivale a 15,6%, e em 2005 o número passou para 196,2 mil com uma taxa relativa de 13,2%.

A agropecuária é um setor que apresentou crescimento absoluto por quase todo o período, refletindo a maior formalização das atividades agropecuárias. Sua média de crescimento anual alcançou 6,75% a.a. Em 1991 apresentava uma participação absoluta na ordem de 15 mil PFT, o que significa uma taxa de participação de 1,80%. Em 2005, apresentou uma participação absoluta de 44,5 mil PFT, compondo uma taxa relativa de 2,9%. Apesar de o setor agropecuário manter sua participação no produto estadual (LINS e MATTEI, 2001) com forte presença do sistema agroindustrial em complexos por várias regiões do estado, a expressão em termos de emprego formal é notadamente baixa, refletindo novamente as condições mais desprotegidas e precárias do setor agropecuário, especialmente nas atividades ligadas ao meio rural. Os empregos do complexo agroindustrial fazem parte, além disso, da contagem do emprego na indústria de transformação, destacando-se, as indústrias de alimentos, madeira, fumo, borracha e bebidas.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho, segundo o gênero no período de 1991 a 2005. É bem nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, já apontado em outras pesquisas, onde a participação feminina tem aumentado ano após ano.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,4%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 5,16%. Esse dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho (2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que detém uma maior participação da força de trabalho feminina no emprego formal, em relação à média nacional.

Tabela 5 - Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
Taxa cresc. a.a.		3,49		5,16	

Fonte: RAIS/ MTE

A participação feminina no mercado formal de trabalho passou de 35,17% em 1991 para 40,83% em 2005 enquanto a participação masculina caiu de 64,83% para 59,1%. Essa mudança de composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos. Outra questão que se pretende evidenciar neste trabalho é que a contratação de mais mulheres teria sido condicionada pelos menores salários impostos às mesmas, como condição de reduzir os custos produtivos.

A indústria de transformação ainda é a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos, que, em 1991, ocupava 39,25% dos postos formais

masculinos e passa a ocupar 35,8% em 2005. O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tem participação relativa de 25,07% em 1991 e passa a 24,63% em 2005 (Anexo B). Ocorre uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida principalmente no comércio, construção civil e agropecuária em detrimento de queda de participação nos outros setores. O comércio passa de uma participação de 12,47% em 1991 para 18,7% em 2005, enquanto a construção civil tem taxa de participação em 1991 de 3,81% passando a 5,29% em 2005, e a agropecuária passa de 2,43% em 1991 para 3,86% em 2005. Quanto aos setores que detêm maior participação masculina no total dos empregados, em 2005 podemos destacar a extrativa mineral (94% homens), a construção civil (93,2%), agropecuária (76,2%) e a indústria de transformação (64%).

Quanto ao gênero feminino, as maiores taxas de participação ficam para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. Sua participação em relação ao total só é maior no setor de administração pública, que tem em 2005, 57% de participação relativa das mulheres. No comércio e serviços as mulheres representam um pouco menos da metade dos trabalhadores do setor, com participação relativa em torno de 45%.

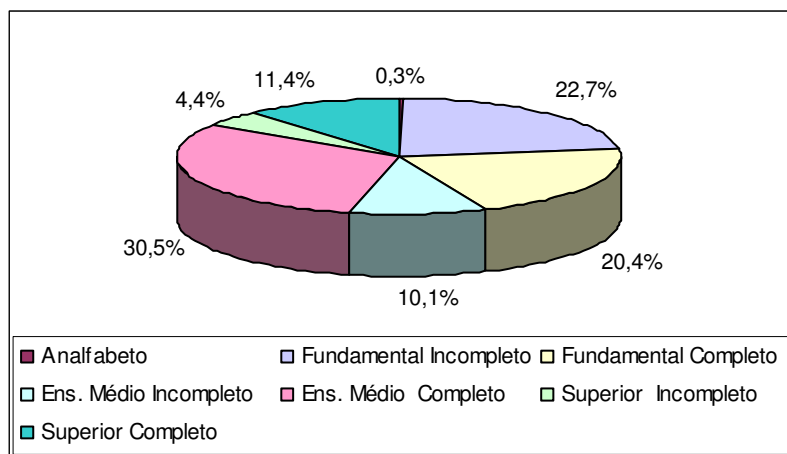
A taxa de participação feminina na indústria de transformação passa de 34,01% em 1991 para 29,3% em 2005. A administração pública também tem redução de participação que cai de 22,52% em 1991 para 18,45% em 2005. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação em 1991 de 41,27% para uma taxa de participação de 49,5% em 2005.

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos trabalhadores formais no estado de acordo com a escolaridade, e tem como objetivo caracterizar os trabalhadores catarinenses quanto à sua qualificação. Essa análise busca verificar se o estado de Santa Catarina segue o contexto de reorganização da produção, segundo qual as empresas buscam empregar mão-de-obra mais qualificada e preparada.

De acordo com a distribuição no ano de 2005, grande parte das pessoas empregadas formalmente se encontravam na faixa educacional do ensino médio completo, ocupando 30,5% dos postos formais de trabalho. Uma grande faixa, cerca de 43%, ainda se mantém com nível educacional de até 8 anos de estudo. A participação dos ocupados com nível superior completo subiu no estado desde 1990, e em 2005, já ocupava 11,4% do total dos

PFT, demonstrando haver uma maior empregabilidade para os trabalhadores que possuem maior nível de escolaridade.

Gráfico 9 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo nível de escolaridade em Santa Catarina, 2005.



Fonte: RAIS/MTE

Através da Tabela 6, ficam evidentes algumas tendências apontadas por outras fontes e pesquisas, as quais demonstram haver uma maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos. Assim, nota-se que ocorreu um aumento dos PFT relativos aos níveis de maior escolaridade em detrimento da queda de postos de trabalho com baixa escolaridade, em todo o período observado.

Todos os postos formais de trabalho com até 4 anos de estudo apresentaram quedas nas taxas, indicando que houve diminuição da participação destes vínculos menos qualificados, principalmente os analfabetos que registraram queda média de 5,85% a.a. Em contrapartida, os vínculos com mais de 8 anos de estudos apresentaram crescimento em todo o período.

Tabela 6 - Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC entre 1991 e 2005.

Anos	Analfabeto	4.SER		Fundamental		Médio		Superior		Total
		INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	
1991	12.007	65.089	196.289	140.411	145.836	64.153	117.992	24.321	66.566	836.766
1992	10.518	60.380	186.210	138.452	148.516	72.495	110.970	35.012	53.438	821.482
1993	10.941	56.709	186.453	146.809	166.478	78.811	121.606	35.284	58.473	865.650
1994	15.775	58.115	189.056	158.133	184.277	78.038	139.781	25.772	73.146	923.592
1995	10.302	59.384	173.566	152.965	180.394	78.911	142.075	27.134	77.204	908.745
1996	10.240	65.210	178.584	151.693	183.993	71.463	143.604	25.275	73.186	909.608
1997	10.009	53.868	161.665	155.796	201.679	81.169	163.902	28.404	81.284	939.741
1998	10.993	48.332	151.949	153.070	209.516	84.695	174.104	29.283	84.581	947.016
1999	9.808	46.087	148.281	157.420	223.817	95.348	194.163	31.163	105.843	1.011.931
2000	8.864	44.276	145.777	164.940	255.714	106.574	221.030	35.245	95.509	1.077.929
2001	9.338	42.752	143.296	171.738	261.566	116.541	256.202	42.810	111.469	1.155.712
2002	8.824	41.704	138.287	174.146	274.475	127.409	297.392	48.174	125.201	1.235.612
2003	5.655	41.527	130.668	169.828	279.861	133.767	335.963	51.318	143.820	1.292.407
2004	5.234	41.371	130.256	174.540	295.146	146.571	397.224	59.518	156.387	1.406.247
2005	5.110	39.880	125.700	172.594	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969
% ^a	-5,85	-3,75	-3,34	1,59	5,47	6,05	9,99	5,94	7,69	4,12

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a Tabela 6, o maior contingente de mão-de-obra empregada no estado já se concentra nas faixas de maior escolaridade, com mais de 8 anos de estudo. Em 2005, a proporção desses trabalhadores sobre o total já era de 56,5% (Anexo C).

Em 1991 a faixa que contemplava o maior número de trabalhadores era a 4ª série completa, com participação relativa de 23,46%. Em 2005, a maior participação passa a ser do ensino médio completo, com 30,5%. Isso revela a preocupação das empresas empregadoras em qualificar seus trabalhadores, no contexto de aumento de competitividade. De acordo com estudo regional do DIEESE (1999), existe cada vez mais um apelo das empresas pela importância da qualificação, que além de garantir uma expectativa maior quanto ao futuro profissional, faz com que o trabalhador mantenha o seu posto de trabalho.

As faixas de escolaridade que apresentaram maior crescimento no período foram ensino médio incompleto e completo, com taxas médias de crescimento de 6 e 9,9% a.a., respectivamente. Esses postos formais tiveram sua participação elevada de 21,77% em 1991 para 40,66% em 2005. Os níveis de ensino superior também elevaram seus vínculos, com destaque para os PFT com ensino superior completo, que cresceram a uma taxa média 7,6% a.a. Em 1991 eram 66,5 mil postos formais de trabalho, com participação relativa de 7,96%.

Em 2005 o número passa a 170 mil PFT, participando agora com 11,43% do total de empregados.

Ao se considerar os PFT segundo nível de escolaridade e setor econômico percebe-se que alguns setores são caracterizados por uma maior qualificação dos empregados em detrimento de outros (Anexo D).

O setor de extração mineral tem seus vínculos concentrados nas faixas de baixa escolaridade, com até 8 anos de estudo. Em 2005, 61,7% dos PFT deste setor tinham até 8 anos de estudo apenas. A indústria de transformação também concentra seus PFT na baixa escolaridade. Em 1991, 83,04% dos PFT estavam abaixo dos 8 anos de estudo completos. Em 2005, essa razão diminuiu, passando a representar 52,67% dos empregados formais. É no patamar do ensino médio completo que se concentram os vínculos, que em 2005 somavam 109,5 mil empregos formais.

A construção civil também não apresenta um alto nível de qualificação, concentrando seus PFT no nível de escolaridade que contempla até 8 anos de estudo. Em 1991, 3,2 mil PFT se concentravam no ensino fundamental completo, passando a 12,8 mil PFT em 2005, que representa uma participação relativa de 25,8% (Anexo D).

Os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública concentram seus PFT nos níveis de ensino médio completo e superior completo, revelando uma maior exigência quanto à qualificação dos empregados. A administração pública mantém seus vínculos centrados em um alto nível de escolaridade. Em 1991 num total de 130,5 mil PFT que o setor absorve, cerca de 55% são alocados nas faixas acima do ensino médio completo. Em 2005, dos 196 mil empregos do setor, 139 mil tinham escolaridade acima do ensino médio completo, correspondendo a 70% do total de ocupações formais no setor.

Os setores de comércio e serviços apresentam um nível de escolaridade que pode ser considerado intermediário. O comércio em 1991 tinha 62,8 mil dos 101 mil PFT concentrados no nível acima do ensino fundamental completo. Em 2005, essa proporção passa a 243,1 mil PFT, mais de 85% do total. Os serviços têm uma participação ainda maior dos níveis elevados de escolaridade. Em 1991, os serviços alocavam 18 mil pessoas com ensino superior completo, número que sobe a 62,4 mil em 2005, e a participação relativa destes trabalhadores no comércio sobe de 9 para 15%.

Desta maneira, constata-se a existência de uma realocação qualitativa dos empregos, exigindo dos trabalhadores a busca por qualificação. Tanto em tarefas mais rotineiras quanto em serviços mais especializados, o empregado buscou uma maior qualificação para se manter na vaga, ou mesmo procurar uma ascensão dentro de sua empresa ou carreira

profissional. Há uma tendência de que os baixos níveis de qualificação dificilmente consigam assegurar a manutenção do emprego, e quanto mais preparado o trabalhador se mantiver, melhores condições ele terá de se manter empregado.

A análise do mercado formal de Santa Catarina segundo a faixa etária dos empregados revela uma característica importante dos postos formais de trabalho na década de 1990, sob a influência das mudanças no contexto econômico do Estado. A Tabela 7 mostra que ocorre um leve movimento de aumento dos postos de trabalho nas faixas etárias mais altas, em detrimento da queda dos PFT para os mais jovens, movimento justificado pela premissa de contratações de empregados com maior experiência profissional.

De acordo com a Tabela 7, ocorreu uma redução significativa da participação absoluta dos PFT com idade até 17 anos. Em 1991 eram 47 mil empregados nesta condição, contra apenas 32 mil em 2005, uma queda de 31,8%. Esse fato se deve à grande dificuldade dos mais jovens de se inserirem no mercado de trabalho sem experiência, característica relevante no processo de seleção das empresas.

Tabela 7 - Distribuição dos PFT, segundo faixa etária em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

Anos	ATÉ 17	18 A 29	30 A 39	40 A 49	ACIMA DE 50	Total
1991	47.176	347.390	237.888	128.625	58.087	836.766
1992	38.589	338.170	245.979	136.297	59.285	821.482
1993	40.412	351.973	263.073	147.016	60.133	865.650
1994	48.150	370.505	279.236	159.535	63.592	923.592
1995	45.791	360.974	277.832	160.175	63.061	908.745
1996	38.657	359.121	282.729	164.416	64.133	909.608
1997	36.479	370.639	294.557	171.739	65.887	939.741
1998	32.324	370.389	299.306	177.059	67.671	947.016
1999	28.607	401.553	315.866	192.184	73.591	1.011.931
2000	27.109	433.676	329.681	207.017	80.298	1.077.929
2001	25.274	465.460	346.681	227.407	90.747	1.155.712
2002	25.723	497.126	366.218	246.339	100.034	1.235.612
2003	25.154	520.617	377.253	262.254	107.122	1.292.407
2004	30.346	568.725	400.203	287.758	119.204	1.406.247
2005	32.145	595.103	413.773	311.362	134.576	1.486.969
% a.a	-4,19	4,01	3,82	6,04	5,86	4,12

Fonte: RAIS/MTE

Os postos formais de trabalho na faixa etária de 18 a 29 anos, assim como os de 30 a 39 anos apresentaram crescimento significativo durante todo o ano, com uma taxa média de crescimento de 4 e 3,8% a.a., respectivamente.

A faixa etária em que se concentra o maior número de vínculos é de PFT entre 18 e 29 anos, com cerca de 46% dos PFT (Anexo E). Em 1991, eram 347 mil empregados

concentrados nesta faixa etária, passando a 595 mil em 2005. Os empregados entre 30 e 39 anos também participam expressivamente, com 237,8 mil empregos em 1991 passando a 413,7 mil em 2005.

Outra característica interessante de se notar é que as faixas etárias acima de 40 anos aumentaram sua participação relativa neste período. (Anexo E). Observa-se que a faixa etária entre 40 e 49 anos passou de um percentual de 15,37% em 1991 para 24,09% em 2005, apresentando a maior média de crescimento entre as variáveis, de 6,04% a.a. Os PFT concentrados na faixa etária acima de 50 anos também tiveram neste período um aumento de 5,86% a.a., passando de 58 mil postos de trabalho em 1991 para 134,5 mil em 2005.

Na análise dos PFT segundo faixa etária e setor de atividade econômica observa-se a mesma movimentação em todos os setores da economia, aumentando sempre os PFT nas faixas de idade acima dos 18 anos completos e reduzindo os vínculos de até 17 anos. Em 2005, constata-se que os setores da indústria, comércio, serviços e construção civil tinham seus postos de trabalho concentrados em empregados entre 18 e 29 anos. Os serviços industriais de utilidade pública possuíam 57% dos seus empregados acima dos 40 anos e a administração pública contava com 54,5% de empregados na mesma faixa etária. O setor que emprega mais jovens é o comércio com 54,6% dos trabalhadores na faixa até 29 anos (anexo F).

Outra importante tendência que se destaca nas transformações recentes do mercado de trabalho é a questão da flexibilização da jornada de trabalho. A Tabela 8 apresenta a distribuição dos PFT conforme a jornada semanal de trabalho em Santa Catarina, revelando alguns aspectos importantes. Nota-se que houve uma eliminação de postos formais com jornada acima de 48 horas semanais, dadas as modificações legais que ocorreram no mercado de trabalho, com a Constituição de 1988. Ocorreu um aumento significativo dos PFT na faixa de jornada mais curta, de até 15 horas semanais, o que favorece a argumentação da flexibilização, onde sem muitas alternativas os trabalhadores se vêm forçados a trabalhar em tempo parcial. A faixa de jornada que apresentou o maior crescimento médio foi de até 15 horas semanais, aumentando quase 8% a.a.

As faixas centrais que concentram o maior número de trabalhadores sofreram menos alterações, com destaque para os PFT que trabalham entre 41 e 48 horas que detém cerca de 80% do total dos empregos formais do Estado. Em 1994 eram 706,9 mil PFT que passaram a 1,199 milhão de empregos em 2005, crescendo em média 5,34% a.a.

Tabela 8 - Distribuição dos PFT, segundo jornada de trabalho em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

Ano	ATE 15	DE 16 A 40	DE 41 A 48	MAIS 48	Total
1994	7.054	207.637	706.976	210	923.592
1995	8.024	205.577	694.215	16	908.745
1996	7.817	203.493	697.598	11	909.608
1997	9.416	208.468	721.276	12	939.741
1998	9.425	209.591	727.749	4	947.016
1999	9.888	212.560	789.480	0	1.011.931
2000	10.566	216.187	851.176	0	1.077.929
2001	10.710	226.471	918.531	0	1.155.712
2002	12.536	238.369	984.707	0	1.235.612
2003	13.743	244.261	1.034.403	0	1.292.407
2004	16.650	258.293	1.131.304	0	1.406.247
2005	18.125	269.517	1.199.327	0	1.486.969
% a	7,96	2,49	5,34		4,77

Fonte: MTE/RAIS. OBS: não há dados disponíveis para esta variável antes de 1994.

Por fim, buscou-se avaliar o comportamento e evolução dos rendimentos dos trabalhadores formais em Santa Catarina, ressaltando-se a importância desta variável para a qualidade de vida dos trabalhadores. Esta análise revelou uma tendência de queda de postos formais com melhores salários, em consonância com o aumento de empregos mal remunerados. Por este motivo, a observação do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores formais se mostrou como um dos aspectos mais evidentes do contínuo empobrecimento que vem atingindo os trabalhadores, mesmo aqueles empregados no mercado formal de trabalho.

De acordo com a Tabela 9, observa-se que a grande parte dos PFT em Santa Catarina recebe entre 1 e 5 salários mínimos. No início da década cerca de 50% dos trabalhadores formais recebiam entre 2 e 5 salários. Ocorreu uma rotatividade da mão-de-obra de maneira que em 2005 a maioria dos trabalhadores, cerca de 65%, passam a receber entre 1 e 3 salários mínimos.

Em valores absolutos, as faixas que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio são os que recebem até meio salário mínimo (que cresceram 9,78% a.a.) e os que recebem entre 1 e 2 salários mínimos (crescendo em média 9,61% a.a.). As faixas salariais acima de 5 salários apresentaram taxas negativas de crescimento, com variações negativas entre 1 e 2,5% a.a. Esta evolução crescente dos empregos formais baseados em pisos mais baixos de remuneração demonstra que a maior parte dos postos de trabalho gerados nos últimos anos tendem às ocupações mais precárias e menos remuneradas.

Tabela 9 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo faixas de remuneração (em SM) em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

Ano	ATÉ 0,5	0,5 A 1	1 A 2	2 A 3	3 A 5	5 A 10	10 A 20	MAIS 20	Total
1991	0,09	2,15	19,29	23,85	25,84	16,95	6,84	3,13	100,00
1992	0,12	2,34	22,55	23,02	26,26	15,61	5,99	2,27	100,00
1993	0,18	3,25	27,71	22,56	22,97	14,27	4,94	2,10	100,00
1994	0,12	2,83	21,90	23,26	24,17	16,91	6,23	2,72	100,00
1995	0,18	2,40	18,76	23,52	25,10	18,93	6,97	3,31	100,00
1996	0,18	2,21	18,25	24,58	26,90	17,97	6,49	2,97	100,00
1997	0,20	2,08	18,23	26,34	26,04	17,12	6,50	3,12	100,00
1998	0,24	2,30	21,20	26,70	24,69	15,80	6,01	2,70	100,00
1999	0,17	2,08	23,38	27,94	23,33	14,80	5,58	2,32	100,00
2000	0,15	2,11	26,45	28,93	21,83	13,52	4,65	1,92	100,00
2001	0,16	2,40	33,27	27,46	19,43	11,43	4,01	1,66	100,00
2002	0,22	2,57	36,57	26,38	18,05	10,56	3,76	1,65	100,00
2003	0,25	2,75	40,02	25,31	16,92	9,71	3,46	1,26	100,00
2004	0,27	2,73	39,12	25,94	16,97	9,91	3,39	1,29	100,00
2005	0,27	2,79	42,16	24,14	16,14	9,24	3,09	1,11	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Ocorre uma elevação de 19,29% em 1991 para 42,16% em 2005 dos PFT de faixa salarial de mais de 1 a 2 salários, contra uma queda expressiva dos PFT que recebem entre 3 e 5 salários, passando estes de uma participação de 25,84% para 16,14% em 2005. Ao observar as faixas salariais acima de 5 salários fica evidente a queda na remuneração do setor formal de trabalho. Os PFT que recebem entre 5 e 10 salários têm sua participação decrescida em 7,71%, entre 10 e 20 salários caem 3,75% e mais de 20 salários passam de 3,13% para 1,11% de participação relativa em 2005.

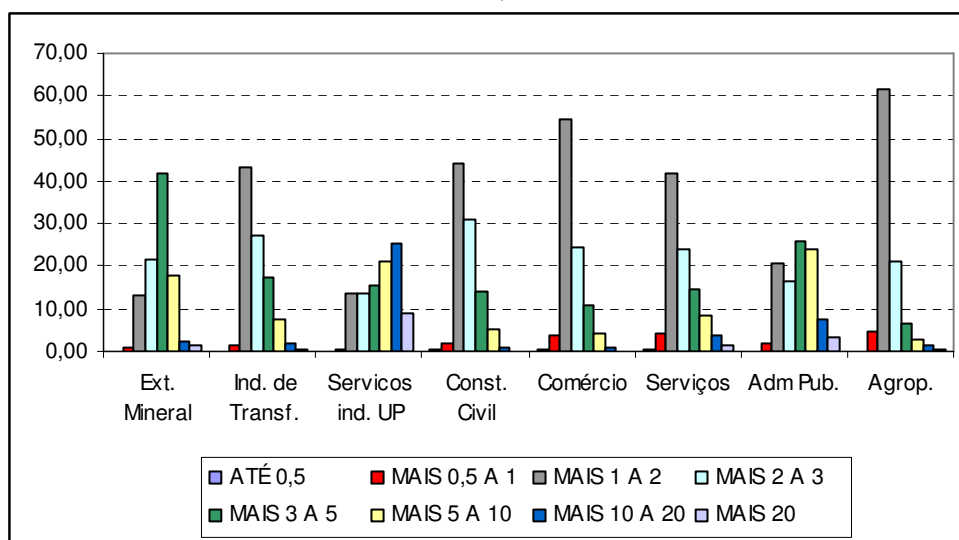
O que se pode constatar é que o número absoluto de postos de trabalhos com menores salários cresceu substancialmente mais que as faixas mais elevadas de renda. Não se pode concluir, porém, que os trabalhadores tiveram seus salários rebaixados, mas que houve redistribuição das novas ocupações, de forma que elas passaram a se concentrar mais nas faixas precárias de remuneração, entre 1 e 2 salários mínimos.

Os setores de atividade econômica que apresentam postos de trabalho nas maiores faixas de remuneração são os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública. Em 2005 a administração pública tinha 26% dos seus empregados com salários entre 3 e 5 SM, enquanto os serviços industriais concentravam mais da metade dos funcionários nas faixas superiores a 5 SM.

A indústria de transformação tinha no início da década 33% dos empregados ganhando entre 3 e 5 SM, proporção que caiu para 17,2% em 2005. Neste mesmo ano, a indústria concentrou 43,2% dos PFT entre 1 e 2 salários.

Os setores que aparecem como piores remunerados são os setores da construção civil, comércio e setor agropecuário, com a grande parte de seus empregados ganhando até 3 salários mínimos, em 2005. Comércio e serviços tinham em 1991 quase 30% dos empregados ganhando entre 2 e 3 salários, e em 2005, 55% dos comerciários e 41,7% dos ocupados nos serviços passam a ganhar entre 1 e 2 salários mínimos. O setor agropecuário em 2005 é o pior remunerado com 66% dos empregados ganhando até 2 salários.

Gráfico 10 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores econômicos e remuneração. Santa Catarina, 2005.



Fonte: RAIS

Estas evidências quanto às qualificações do mercado formal de trabalho resultam das mudanças estruturais em curso na economia. Menores salários, a procura por melhores qualificações e a inserção feminina no mercado de trabalho catarinense serão também tema da próxima seção, que trará estas variáveis de forma mais desagregada, relacionando-as entre si e a partir dos setores produtivos do estado.

4.3 Qualificação do emprego formal em Santa Catarina

Esta seção tem o objetivo de qualificar mais profundamente os traços do mercado formal de trabalho catarinense. Para tanto, a variável parâmetro desta análise será o setor de atividade econômica, conforme estabelecido pela classificação do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatísticas. O ano usado como referência foi o de 2005, o último disponível na série da RAIS.

O primeiro quadro de análise disposto no anexo G refere-se aos dados dos setores de atividade econômica, desagregados por renda e nível educacional. Este painel resume algumas características gerais do processo de segregação salarial por setor de atividade. Sem levar em consideração as diferenças por gênero, que serão levantadas a seguir, percebemos aqui a proporção salarial para as diferentes faixas de escolaridade, querendo assim destacar os setores que bem ou mal remuneraram os trabalhadores mais bem qualificados.

Olhando para o perfil dos empregos na indústria de transformação, disposto no anexo G, observa-se que a maior concentração de trabalhadores se dá entre os empregados com ensino fundamental incompleto, com remuneração entre 1 e 3 salários mínimos. Estes empregados somam 108 mil trabalhadores, representando 21,9% do total de PFT do setor. Os 70% empregados nesta faixa de remuneração estão distribuídos entre o ensino fundamental incompleto e o médio completo. Entre os que ganham 5 e 10 SM, aproximadamente 40% têm ensino médio completo e dos PFT acima de 10 salários 54,8% têm ensino superior completo, o que equivale a um número absoluto de 6,5 mil trabalhadores (mas representam apenas 1,3% do total de empregos no setor).

Na construção civil 53% dos empregados possuem até 8 anos de estudo completos (fundamental completo e incompleto) e recebem entre 1 e 3 salários. Os maiores salários estão distribuídos para os que têm ensino superior completo, onde 43% dos empregados com remuneração acima de 10 SM conquistaram essa qualificação, representando, porém 0,5% do total de ocupações no setor.

No comércio 95,8 mil pessoas completaram o ensino médio e recebem entre 1 e 3 SM, o que representa 33,7% do total de empregos neste setor de atividade. Entre os que ganham 5 e 10 SM, 42,3% têm ensino médio completo (4,9 mil empregados) e 16% completaram o nível superior (1,9 mil empregados). Para os salários superiores a 10 mínimos, 40% têm ensino superior completo. Já nos serviços a distribuição entre os níveis educacionais foi um pouco maior: na maior parte que recebe entre 1 e 3 salários mínimos (65%), 86,9 mil têm ensino médio completo, 58,1 mil têm fundamental completo e 57,8 mil pessoas possuem fundamental incompleto. Entre os que ganham mais de 10 salários mínimos, 73,7% possuem superior completo.

Na administração pública e nos serviços industriais de utilidade pública, ocorre uma certa polarização, com parte considerável de empregados em níveis mais baixos de

qualificação e salário, contrapondo um outro lado formado por empregados mais qualificados e com altos salários. Na administração pública 27,8% dos empregados recebem entre 1 e 3 mínimos, e estão alocados do fundamental incompleto até o médio completo. Outros 20,8% recebem mais de 5 salários e tem nível superior completo. Nos serviços industriais 19,4% recebem de 1 a 3 mínimos e têm até 8 anos de estudo completos. Outros 13,5% têm médio completo com salários acima de 10 SM, contra 11,4% no ensino superior, que recebem a mesma faixa de remuneração.

Na indústria extrativa mineral 2,2 mil trabalhadores possuem o fundamental incompleto e recebem entre 1 e 5 salários mínimos, representando 32% do total de empregos no setor. A agropecuária tem 50% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 mínimos e sem concluir o nível fundamental de ensino, somando 22,2 mil trabalhadores.

O quadro demonstra as tendências observadas no Brasil e no mundo, de que mesmo com níveis maiores de qualificação os trabalhadores têm pouca mobilidade salarial, permanecendo com baixos níveis de remuneração. Os setores da administração pública e os serviços industriais de utilidade pública que absorvem apenas 14% do total de empregos formais no estado catarinense se destacaram como aqueles com melhores remunerações, pela própria proteção e amparo sindical que os trabalhadores desta categoria conquistaram. Os setores que mais absorvem mão-de-obra formalmente, a indústria de transformação, os serviços e o comércio (79% dos trabalhadores), concentram seus trabalhadores em patamares salariais muito baixos (em torno de 1 e 3 salários mínimos), e mesmo com a busca de qualificação dentro de cada setor, a mobilidade parece ser dificultada. Entre os poucos postos de trabalho que recebem salários mais elevados, há sempre uma cobrança quanto a uma maior qualificação, exigindo-se pelo menos o ensino médio completo. Nos setores da construção civil, extrativa mineral e agropecuária permanece ainda a baixa formalização (demonstrada pela baixa participação relativa destes setores no total do emprego), sendo que aqueles que chegam a se formalizar são em sua maioria homens, com baixa escolaridade e com salários precários.

A análise feita a seguir está baseada nos dados do anexo H, referente aos cruzamentos entre os setores de atividade, o sexo e a escolaridade dos trabalhadores. Este quadro busca identificar em que setores estão mais qualificados homens e mulheres, e quais os diferenciais de educação e gênero existentes dentro de cada ramo de atividade.

A indústria de transformação, setor que absorve maior quantidade de empregados formalizados no estado (cerca de 34%), tem maior concentração de PFT no sexo masculino, agrupados na faixa educacional do ensino médio completo. Os homens neste nível de

escolaridade ocupam 18,2% do total de empregos neste setor e 28,6% do total de empregos masculinos. Já as mulheres aparecem com maior participação na faixa de ensino fundamental incompleto, que teriam até 8 anos de estudo. Neste grau, elas ocupam 10,1% do total de empregos do setor e 28,2% dos postos de trabalho exclusivamente femininos. As mulheres com ensino médio completo correspondem a apenas 9,75% do total de PFT na indústria. Nos níveis de ensino superior, tanto completo como incompleto, homens e mulheres têm baixa participação relativa, com os homens ocupando 4,53% e as mulheres 2,37% do total de PFT.

Na construção civil, onde os homens representam a grande maioria dos empregados, ocupando 93,2% do total dos PFT, a maior parte destes empregados tem o ensino fundamental incompleto, correspondendo a cerca de 40% do total de ocupações deste setor. As poucas mulheres que trabalham neste setor se concentram no ensino médio completo, onde representam 36,7% das ocupações femininas e apenas 2,5% do total de PFT na construção civil. Apesar da baixa participação feminina, elas parecem ocupar cargos mais qualificados, já que 23,3% das mulheres ocupam postos de trabalho no ensino superior (completo e incompleto), enquanto apenas 3,9% dos homens da construção civil alcançaram este nível de escolaridade.

No comércio parece haver maior homogeneidade de ocupações, com os homens e mulheres com ensino médio completo ocupando cerca de 20% cada no total de PFT deste setor. As mulheres apresentam uma qualificação melhor, no sentido que 29% delas têm o ensino fundamental completo, enquanto os homens neste mesmo grau, representam 42% do total de PFT masculinos e 24,3% do total do setor.

O setor de serviços apresenta basicamente a mesma distribuição, com homens e mulheres concentrados no ensino médio completo. Os homens desta faixa de educação correspondem a 15,4% do total de empregos, e 28,2% das ocupações masculinas. As mulheres com ensino médio completo são também 15% do total e 33% dentro das ocupações femininas. 25,5% das mulheres têm ensino superior (completo e incompleto), enquanto os homens somam apenas 18,8% nesta faixa de educação.

O setor de administração pública, único com maior participação feminina no estado, tem 25% dos seus PFT ocupados por mulheres com ensino superior completo. Além de ser o setor mais expressivo na participação feminina, constata-se que neste setor estão os níveis mais qualificados de mão-de-obra. Os homens neste grau de escolaridade significam 13,1% do total, e 22,8% deles ocupam cargos com ensino fundamental incompleto, enquanto

apenas 11,1% das mulheres estão nesta faixa educacional. Os serviços industriais de utilidade pública têm uma participação maior de homens com ensino médio completo, que correspondem a 25% do total de ocupações neste setor. A maior parte das mulheres está concentrada no médio e superior completo, ocupando respectivamente 31,1% e 27,6% dos PFT femininos. Os homens com ensino superior completo somam apenas 14% do total de homens no setor, que representam 84% do total.

O setor extrativo mineral também se sobressai com a maior participação masculina, possuindo 39,8% de seus empregados reunidos no ensino fundamental incompleto, sendo que destes apenas 1% são representados por mulheres. A agropecuária tem a mesma distribuição, com os homens ocupando 43,5% dos PFT totais no fundamental incompleto e as mulheres 13,5% no mesmo nível de qualificação.

O quadro demonstra assim que os setores mais tradicionais como a indústria, o comércio e os serviços têm uma distribuição mais homogênea, com homens e mulheres, ocupando postos com nível médio de educação. Os setores de administração pública e serviços industriais são os mais exigentes quanto ao nível educacional, destacando-se a administração pública com seu alto percentual de mulheres com formação superior. Já os setores da construção civil, a agropecuária e o ramo extrativo mineral, possuem tradicionalmente mais homens trabalhando e também trabalhadores menos qualificados.

Uma outra característica relevante neste cenário do emprego formal refere-se ao diferencial de remuneração existente nos setores de atividade econômica entre homens e mulheres, que acaba por se demonstrar mais preocupante do que os diferenciais de qualificação. Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho comprova que os custos de contratação das mulheres não são elevados, como tentam contrapor os empresários, ao rebaixar os salários femininos por conta das políticas de proteção à maternidade. As desigualdades existentes tendem a tornar precárias as condições femininas de emprego, fazendo com que mulheres com a mesma qualificação e nos altos cargos cheguem a ganhar 30% a menos do que os homens na mesma função (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Ao se referir ao aumento da participação feminina e também as altas taxas de desemprego entre as mulheres, Galeazzi (2001, p. 62) conclui:

Uma vez ocupadas, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens.

As desigualdades de rendimentos entre os setores econômicos já foram dispostas anteriormente neste trabalho, evidenciando que os setores piores remunerados em Santa Catarina foram a construção civil, o comércio e a agropecuária. O anexo B traz um quadro do comportamento do emprego por setores e remuneração, desagregando também por gênero, o que permite identificar se Santa Catarina também possui um diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, como assinalado pela literatura especializada.

Na indústria de transformação, onde 70% dos empregados recebem entre 1 e 3 salários mínimos, o maior percentual nesta faixa é de homens, que representam 39,5% do total da mão-de-obra, com as mulheres vindo logo em seguida com 30,8% de participação. Os demais funcionários estão distribuídos nas faixas salariais entre 3 e 10 salários. A participação masculina é de 61,8% entre 1 e 3 SM; 23% entre 3 e 5; e 10,2% dos homens ganhando entre 5 e 10 salários. As mulheres já se concentram majoritariamente na faixa de rendimentos entre 1 a 3 SM, com 85,6% delas empregadas nesta categoria. O baixo acesso a níveis maiores de escolaridade deste setor se reflete aqui na baixa remuneração, quando apenas 9,9% dos empregados ganham acima de 5 salários mínimos.

O setor de construção civil tem 75,1% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 salários, que representa um montante de 37,5 mil trabalhadores. Entre estes, a distribuição por sexo parece bem homogênea: 75% dos homens e 72,6% das mulheres se encontram neste patamar de remuneração. O diferencial de qualificação apontado no outro quadro não parece se refletir aqui em grandes diferenças salariais. Enquanto 6,2% dos homens ganham acima de 5 SM, 8,5% das mulheres ganham salários também mais elevados (acima de 5 salários mínimos), tomando como parâmetro o diferencial de praticamente 20% entre homens e mulheres com ensino superior.

O comércio e os serviços seguem a mesma tendência de baixos salários, com a maior parte de seus trabalhadores ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. No comércio, 75,5% dos homens recebem esta faixa salarial, enquanto o percentual das mulheres nesta faixa salarial é 83,6%. Praticamente 20% dos demais trabalhadores masculinos ganham entre 3 e 5 SM, e apenas 9% das mulheres, aqui mais qualificadas, absorvem este rendimento. Nos serviços o diferencial de salários se revela um pouco menor, com 61,8% dos homens e 69% das mulheres recebendo entre 1 e 3 SM. Nas faixas mais altas de remuneração a diferença é baixa, mas existente, com 15,8% dos homens ganhando acima de 5 SM, e apenas 10,8% das mulheres recebendo remuneração neste patamar.

A administração pública possui uma homogeneidade maior em sua distribuição salarial, de forma que os PFT se distribuem da seguinte maneira: 24,3% de mulheres ganhando entre 1 e 3 SM; 14,85% de mulheres ganhando entre 3 e 5 SM, e 12% de mulheres recebendo entre 5 e 10 SM (os mais expressivos). Porém, na quantificação por diferencial de sexo, aparece um cenário mais acentuado: em um setor de maioria feminina e bem qualificada os poucos homens absorvem as maiores faixas de remuneração. Nas faixas entre 5 e 10 salários, estão ocupados 27% dos homens, contra 20% das mulheres, e acima de 10 salários, se distribuem 16% dos homens contra 7% das mulheres. Nos serviços industriais de utilidade pública, com o maior percentual de homens empregados e uma grande parte de pessoas bem escolarizadas, não seria de se esperar outro movimento a não ser de o setor ser dominado por uma maioria de homens recebendo melhores salários. Do total de 14,4 mil empregados do setor quase 30% são homens com salários superiores a 10 mínimos e mais 30,8% dos homens recebendo entre 3 e 10 SM. Entre as poucas mulheres há uma distribuição também homogênea: 30% delas recebem entre 1 e 3 SM; mais 37% entre 3 e 10 SM; e 29% com salários superiores a 10 mínimos.

O setor extrativo mineral tem 70% dos seus trabalhadores concentrados nos homens com remuneração entre 1 e 5 salários mínimos. Além de terem pequena participação, quase 60% das mulheres neste setor recebem entre 1 e 3 SM. Na agropecuária, onde 82% dos trabalhadores recebem entre 1 e 3 SM, a distribuição por gênero também reflete baixos salários para ambos os sexos. Enquanto 81,8% dos homens recebem esta faixa de remuneração, também 86% das mulheres estão incluídas nesta categoria.

O que se evidencia desta análise é que de fato ocorre uma segregação em gênero também em Santa Catarina, onde as mulheres, mesmo com níveis de qualificação iguais ou superiores aos homens, acabam ficando concentradas nas menores faixas de salários. Um outro ponto merece ser destacado à medida que quanto maiores os salários dentro de cada setor, maior o diferencial colocado entre homens e mulheres. Nos setores concentrados em baixos salários, como o extrativo mineral e a agropecuária, há menor margem de segregação de rendimentos entre os sexos.

Por fim, pode-se destacar que esta qualificação do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permite observar de perto as mudanças colocadas no contexto geral de transformação das relações de trabalho, onde se caminha em direção a salários rebaixados, aumento das exigências quanto à escolaridade do trabalhador e, mais evidente, uma segregação por sexo que atinge as mulheres em diversos setores da economia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar algumas características referentes à evolução do mercado formal de trabalho catarinense a partir da década de 1990, tentando qualificar a situação atual deste mercado, tomando-se como referência suas principais variáveis. Para tanto, a pesquisa empírica foi discutida à luz das transformações econômicas e sociais que atingiram o capitalismo moderno a partir do final do século XX.

Estas transformações foram explicitadas no segundo capítulo deste estudo, que procurou observar também o impacto das mudanças em curso mundialmente nas relações de trabalho. Os avanços da Terceira Revolução Tecnológica e das novas formas de produção e organização do trabalho, surgidas a partir do modelo de acumulação flexível, em conjunto com as mudanças de marco político advindas com a ideologia neoliberal e a globalização econômica, provocaram uma reestruturação nas bases produtivas e nas formas vigentes de contratação do trabalho. Ocorreram mudanças nas bases tecnológicas que pouparam mão-de-obra no processo produtivo e elevaram as taxas de desemprego em todo o mundo. O mercado de trabalho foi tomado por medidas de flexibilização, expandindo-se as formas flexíveis de contratos, como trabalho de tempo parcial, temporário e terceirizado.

Estas mudanças foram promovidas tanto nos países centrais como de forma mais intensa nos países em desenvolvimento como o Brasil. Assim, o terceiro capítulo procurou apontar algumas transformações econômicas da década de 1990 que provocaram uma reorganização ainda maior da classe trabalhadora brasileira, que passou a conviver mais intensamente com altas taxas de desemprego e inseguranças em todo o processo de trabalho. A ideologia neoliberal se impôs por meio de uma abrupta abertura comercial e desregulamentação financeira de modo que as empresas nacionais se viram rechaçadas pela concorrência internacional. Este cenário levou a uma reestruturação defensiva das empresas brasileiras, de modo que a racionalização produtiva se iniciou pelos cortes de empregos. O emprego formal na década de 1990 foi o que mais se reduziu e houve uma mudança também na estrutura ocupacional, crescendo a participação do setor terciário e das ocupações informais e desprotegidas.

A partir de 1999, com a mudança de política cambial do governo FHC, o emprego formal ascendeu numa trajetória de crescimento, a qual entretanto, vem demonstrando-se insuficiente para recompor as perdas de postos de trabalho do início da referida década.

Além disso, os dados apontam para uma reconcentração destes empregos nas regiões historicamente mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste, e para os setores de serviços e comércio, em detrimento da queda de participação da indústria nacional como absorvedora de postos formais de trabalho.

O estudo sobre a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permitiu observar mudanças em curso nas relações de trabalho no estado, a partir das transformações ocorridas na economia brasileira e também das mudanças em âmbito mundial.

Diversas considerações sobre a estruturação do mercado formal de trabalho catarinense foram apontadas, principalmente no que tange às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências de um mercado mais competitivo. A reestruturação tecnológica que atingiu as empresas na década de 1990 provocou uma queda dos empregos na indústria de transformação que vêm sendo substituídos paulatinamente por empregos nos serviços e comércio. Desta maneira, o movimento de crescente participação dos serviços e comércio na distribuição dos empregos observado mundialmente também foi verificado em Santa Catarina, confirmando que a economia da informação e das atividades auxiliares à produção é dinamizadora do crescimento econômico. Mesmo assim, a indústria catarinense manteve uma expressiva participação nas taxas formais de emprego, sendo responsável, em 2005, por cerca de 33% das ocupações formais no estado.

Quanto à participação feminina no total do emprego formal observou-se que a participação da mulher vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense, principalmente nos setores de comércio, serviços, administração pública e indústria de transformação. A análise cruzada dos dados, porém, revelou que apesar deste aumento de participação, as ocupações femininas não crescem acompanhadas de iguais condições de remuneração e qualificação, comparativamente aos homens. Mesmo em setores em que a mulher tem participação expressiva e alto nível de qualificação, os cargos de maior remuneração tendem a ser distribuídos para os homens.

Outros apontamentos são feitos também em relação à faixa etária dos trabalhadores e à jornada de trabalho. Com relação à idade dos ocupados, parece ter caído a participação dos mais jovens, ocorrendo uma contratação de empregados com maior experiência

profissional, delineando uma nova formatação do espaço de trabalho formal catarinense e uma crescente preocupação com relação à inserção dos jovens no processo produtivo. Em relação à jornada semanal de trabalho, observou-se uma concentração nas ocupações entre 41 e 48 horas semanais, apesar do relativo aumento das menores jornadas de trabalho.

Quanto à qualificação do trabalhador, a evolução dos postos formais de trabalho ocorreu mediante ao aumento da escolaridade dos empregados, como reflexo das exigências por maior qualificação no mundo do trabalho. Obtiveram destaque os setores de administração pública e serviços industriais de utilidade pública, como aqueles detentores de trabalhadores mais escolarizados, sendo que os setores de serviços e comércio mantêm-se com faixas médias de escolarização.

No que diz respeito à distribuição salarial percebeu-se uma piora na repartição dos salários, com aumento das faixas de menor remuneração e perda das faixas superiores de salário, o que pode ser lido como um indicativo de precarização do mercado de trabalho. Quando se cruzam os dados de escolaridade com os dados de remuneração, observa-se que não foram em todos os setores do estado que os trabalhadores obtiveram uma mobilidade em relação a melhores salários por causa de sua maior escolaridade. Os setores que mantiveram trabalhadores desqualificados, como a agropecuária e a construção civil, por exemplo, conservaram também baixos salários. Já nos setores que detêm a maior parte dos postos formais de trabalho em Santa Catarina (indústria de transformação, comércio e serviços) a grande parte de seus trabalhadores se manteve em patamares medianos de qualificação com baixos salários.

Estes levantamentos indicam que o mercado de trabalho catarinense seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral, ocorrendo uma reorientação dos trabalhadores para novas funções e novos setores. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo da década de 1990 e, principalmente após 1999, não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa, e mais ainda, não proporcionou uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. Mesmo os postos de trabalho criados dentro do mercado formal parecem ser direcionados a setores com baixa remuneração e exigentes quanto à qualificação e experiência profissional, o que acaba dificultando ainda mais o acesso da população em idade ativa a este mercado mais protegido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alcides. **Ilhas de prosperidade em Santa Catarina**. Diário Catarinense, Florianópolis, 01 julho 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo: Boitempo, 2002.

ARIENTI, Patrícia e CAMPOS, Antonio Carlos. Uma análise crítica do modelo de crescimento e econômico brasileiro da década de 90. **Revista Pesquisa e Debate**. São Paulo, PUC-SP, n. 14, 2003.

BALTAR, Paulo e MATTOSO, Jorge. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Cadernos do CESIT**. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, n. 21, 1996.

BALTAR, Paulo, DEDECCA, Cláudio, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 87-108.

BALTAR, Paulo; KREIN, José; MORETTO, Amílton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.

BAUMANN, Renato; CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996. 292p.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. In: CARNEIRO, R. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.

CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. **Texto para discussão IPEA**. Brasília, ago. 2001.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **A movimentação do emprego formal em Santa Catarina**: evolução do emprego e precariedade em 2004 e 2005. DIEESE, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise**: a Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX. São Paulo: UNESP/IE. UNICAMP, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). **Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**. São Paulo: LTr, 2002.

CHAHAD, José Paulo Z. O emprego formal no Brasil entre 2002-2006. In: MACAMBIRA, Júnior (Org.). **O Mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.

_____. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?** 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.

_____. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

_____. Setor informal e informalidade no Brasil. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DIEESE-SC. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina**. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE-SC. Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina. Florianópolis, jan. 1999. Estudo Regional.

FARAH JR., Moisés Francisco. A terceira Revolução Industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n. 2, maio/ago 2000, p. 45-61.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: Publicações FEE, v.1, 2001.

GARCIA PEREIRA, António. **Globalização e Flexibilidade**. Disponível em: < http://www.fazer.com.br/a2_default2.asp?cod_materia=2275>. Acesso em: 15 maio 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. In: Congresso da ABPHE, 2003. Disponível em:< <http://www.abphe.org.br/>>. Acesso em: 10 março 2007.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914 – 1991. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>
Acesso em: 12 junho 2007.

LINS, Hoyêdo e MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Texto para discussão, Departamento de Economia. Florianópolis, n. 8, 2001.

MATTEI, Lauro F. A globalização econômica como fator de exclusão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

_____. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MERCADANTE, Aloizio. **A questão do desemprego**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 set. 2002. Disponível em: http://www.mercadante.com.br/artigos/artigo_126.html. Acesso em: 10 maio 2007.

_____. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística*: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 1991-2005. CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *CAGED: Análise do mercado formal de trabalho*. Brasília: 2005. Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/Empregador/CAGED/Estatistica>>. Acesso em: 10 fevereiro 2006.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n. 53, out. 2003.

OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

OURIQUES, H.R. e VIEIRA, P.A. O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-96: primeiras evidências. Texto para discussão Dep. Ciências Econômicas/UFSC, dez 1998.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. **Indicadores Econômicos FEE**. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001a.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Qualidade das ocupações no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.

PRADO, Antonio. A revitalização do mercado de trabalho brasileiro. **Visão do Desenvolvimento, BNDES**. Rio de Janeiro, n. 22, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/visao.asp>>. Acesso em: 18 maio 2007.

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. **Texto para discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 1255, jan. 2007.

REVISTA DO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Panorama do trabalho precário. São Paulo: Primeiro Plano, n. 10, maio 2006.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.

SANTOS, Anselmo Luís. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. A Indústria brasileira nos últimos 16 anos do Século 20: 1985-2000. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, n. 14, dez. 2000.

SOUZA, Marcelo Medeiros C. A transposição de teorias sobre a institucionalização do Welfare State para o caso dos países subdesenvolvidos. **Texto para Discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 695, dez. 1999.

URANI, André. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In: CAMARGO, José M. **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ANEXOS

Anexo A - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade. Santa Catarina, 1991 e 2005.

	1991	2005
Extrativa mineral	0,86	0,46
Indústria de transformação	35,27	33,17
Serviços ind. UP	1,64	0,97
Construção civil	2,49	3,36
Comércio	12,09	19,09
Serviços	24,54	26,76
Administração pública	15,60	13,20
Agropecuária	1,80	2,99
Outros/ignorado	5,72	0,00
Total	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Anexo B - Distribuição da taxa de participação e do total dos PFT segundo gênero e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.

	Absoluto		%	
	1991		2005	
Masculino				
Extrativa mineral	7.018	1,37	6.355	0,72
Indústria de transformação	200.970	39,25	315.329	35,84
Serviços ind. de ut. pub.	11.751	2,29	12.129	1,38
Construção civil	19.489	3,81	46.546	5,29
Comércio	63.881	12,47	164.524	18,70
Serviços	128.371	25,07	216.726	24,63
Administração pública	68.175	13,31	84.267	9,58
Agropecuária	12.431	2,43	33.952	3,86
Total	542.468	100	879.828	100
Feminino				
Extrativa mineral	190	0,07	418	0,07
Indústria de transformação	94.150	34,01	177.965	29,31
Serviços ind. de ut. pub.	1.957	0,71	2.306	0,38
Construção civil	1.317	0,48	3.361	0,55
Comércio	37.260	13,46	119.347	19,66
Serviços	76.975	27,81	181.160	29,84
Administração pública	62.353	22,52	112.025	18,45
Agropecuária	2.615	0,94	10.559	1,74
Total	294.298	100	607.141	100

Fonte: RAIS/MTE

Anexo C - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo grau de escolaridade em Santa Catarina nos anos de 1991 e 2005.

		1991	2005
Analfabeto		1,43	0,34
4a. SER	INCOMP	7,78	2,68
	COMP	23,46	8,45
Fundamental	INCOMP	16,78	11,61
	COMP	17,43	20,41
Médio	INCOMP	7,67	10,15
	COMP	14,10	30,51
Superior	INCOMP	2,91	4,41
	COMP	7,96	11,43
Total		100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Anexo D - Distribuição dos PFT segundo escolaridade e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.

		Ext. Mineral	Ind. Transf.	Serv. Ind. UP C. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agropec.	Ignor.	Total		
1991	Analfabeto	81	4.249	116	390	981	3.273	1.664	417	836	12.007	
	4ª série	Incomp.	1.008	28.525	784	2.583	4.045	12.548	9.684	3.035	2.877	65.089
		Comp.	2.834	97.947	2.966	7.320	14.486	39.184	17.004	5.076	9.472	196.289
	Fundamental	Incomp.	1.232	63.219	1.042	4.375	18.801	30.564	10.011	2.924	8.243	140.411
		Comp.	1.175	51.141	1.397	3.247	29.428	36.999	12.190	1.189	9.070	145.836
	Médio	Incomp.	274	18.166	941	1.033	13.840	17.905	7.571	543	3.880	64.153
		Comp.	370	19.868	3.358	1.055	14.941	35.958	34.196	1.047	7.199	117.992
	Superior	Incomp.	50	4.666	755	263	2.061	9.236	5.585	157	1.548	24.321
		Comp.	172	6.191	2.335	461	1.828	18.586	31.910	573	4.510	66.566
	Ignorado		12	1.148	14	79	730	1.093	713	85	228	4.102
Total		7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	47.863	836.766	
2005	Analfabeto	33	1.589	74	378	435	1.336	768	497		5.110	
	4ª série comp.	Incomp.	277	12.793	548	2.629	3.114	9.651	6.053	4.815		39.880
		Comp.	1.164	51.567	1.194	7.927	11.515	26.483	15.205	10.645		125.700
	Fundamental	Incomp.	1.256	72.452	1.668	9.961	25.691	41.140	10.459	9.967		172.594
		Comp.	1.449	121.428	2.604	12.879	63.010	75.530	18.210	8.378		303.488
	Médio	Incomp.	748	61.123	840	4.213	39.634	34.994	6.188	3.128		150.868
		Comp.	1.400	138.303	4.366	9.322	118.584	121.826	54.572	5.306		453.679
	Superior	Incomp.	163	16.297	794	1.124	12.195	24.448	10.006	620		65.647
		Comp.	283	17.742	2.347	1.474	9.693	62.478	74.831	1.155		170.003
	Ignorado											
Total		6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511		1.486.969	

Fonte: RAIS/MTE

Anexo E - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo faixa etária em Santa Catarina nos anos de 1991 e 2005.

Anos	1991	2005
Até 17	5,64	2,49
18 A 29	41,52	46,05
30 A 39	28,43	32,02
40 A 49	15,37	24,09
Acima de 50	6,94	10,41
Total	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Anexo F - Distribuição dos PFT segundo faixa etária e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.

	Ext. Mineral	Ind. Transf.	Serv. Ind. UP	C. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agropec.	Ignor.	Total	
1991	ATÉ 17 ANOS	61	24.280	58	978	8.315	8.987	289	1.363	2.845	47.176
	18 A 29 ANOS	2.282	138.787	2.911	8.300	53.512	82.238	31.244	6.703	21.413	347.390
	30 A 39 ANOS	3.240	76.439	5.466	5.745	23.370	64.052	42.492	3.920	13.164	237.888
	40 A 49 ANOS	1.210	38.302	3.820	3.522	10.231	32.837	30.256	1.972	6.475	128.625
	ACIMA DE 50	370	16.144	1.377	1.918	4.903	14.785	14.813	1.001	2.776	58.087
	IGNORADO	45	1.168	76	343	810	2.447	11.434	87	1.190	17.600
	TOTAL	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	47.863	836.766
2005	ATÉ 17 ANOS	27	12.877	12	312	10.705	7.131	19	1.062		32.145
	18 A 29 ANOS	2.072	227.790	2.569	16.238	144.416	154.088	30.892	17.038		595.103
	30 A 39 ANOS	2.098	139.195	3.583	14.911	70.529	112.440	58.425	12.592		413.773
	40 A 49 ANOS	1.900	85.584	5.663	11.821	41.585	85.117	70.483	9.209		311.362
	ACIMA DE 50	675	27.847	2.608	6.624	16.636	39.106	36.470	4.610		134.576
	IGNORADO	1	1		1		4	3			10
	TOTAL	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511		1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

Anexo G - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, escolaridade e remuneração. Santa Catarina, 2005.

	ANALF	FUNDAMENTAL		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL	
		INCOMP.	COMP.	INCOMP.	COMP.	INCOMP.	COMP.		
Extrativa mineral									
até 1 SM	0	18	15	4	24	0	2	63	
1 a 3	25	1.019	530	224	464	67	23	2.352	
3 a 5	6	1.200	643	320	561	52	38	2.820	
5 a 10	0	413	226	187	254	32	87	1.199	
mais de 10	0	8	15	7	81	12	132	255	
ignorado	2	39	20	6	16	0	1	84	
Total	33	2.697	1.449	748	1.400	163	283	6.773	
Indústria de transformação									
até 1 SM	43	1.766	1.631	1.284	1.492	163	67	6.446	
1 a 3	1.255	108.026	92.741	47.871	88.486	6.768	2.238	347.385	
3 a 5	154	19.504	19.520	8.358	29.926	4.459	3.205	85.126	
5 a 10	65	4.477	5.634	2.773	14.835	3.636	5.691	37.111	
mais de 10	5	303	532	376	2.900	1.241	6.502	11.859	
ignorado	67	2.736	1.370	461	664	30	39	5.367	
Total	1.589	136.812	121.428	61.123	138.303	16.297	17.742	493.294	
Serviços industriais de utilidade pública									
até 1 SM	1	35	8	3	16	1	5	69	
1 a 3	27	1.487	1.312	211	692	122	51	3.902	
3 a 5	27	706	403	113	703	158	149	2.259	
5 a 10	16	720	410	202	1.022	196	488	3.054	
mais de 10	0	409	391	297	1.912	313	1.646	4.968	
ignorado	3	53	80	14	21	4	8	183	
Total	74	3.410	2.604	840	4.366	794	2.347	14.435	
Construção civil									
até 1 SM	6	449	329	114	167	17	11	1.093	
1 a 3	331	16.296	10.143	3.331	6.472	635	284	37.492	
3 a 5	23	2.576	1.690	544	1.743	299	249	7.124	
5 a 10	6	591	411	160	629	126	649	2.572	
mais de 10	1	65	64	20	163	41	278	632	
ignorado	11	540	242	44	148	6	3	994	
Total	378	20.517	12.879	4.213	9.322	1.124	1.474	49.907	
Comércio									
até 1 SM	39	2.158	2.812	2.709	3.905	433	186	12.242	
1 a 3	357	32.150	51.558	32.741	95.860	8.167	3.329	224.162	
3 a 5	24	4.244	6.174	2.933	12.518	2.028	3.089	31.010	
5 a 10	1	1.032	1.696	931	4.977	1.185	1.941	11.763	
mais de 10	0	86	171	120	814	359	1.122	2.672	
ignorado	14	650	599	200	510	23	26	2.022	
Total	435	40.320	63.010	39.634	118.584	12.195	9.693	283.871	
Serviços									
até 1 SM	97	5.499	3.563	3.055	4.575	909	2.266	19.964	
1 a 3	1.107	57.855	58.132	26.416	86.944	13.615	16.462	260.531	
3 a 5	67	8.476	9.528	3.797	18.491	5.239	12.141	57.739	
5 a 10	16	2.200	2.667	1.168	8.410	3.265	16.129	33.855	
mais de 10	4	649	502	226	2.546	1.322	14.748	19.997	
ignorado	45	2.595	1.138	332	860	98	732	5.800	
Total	1.336	77.274	75.530	34.994	121.826	24.448	62.478	397.886	
Administração pública									
até 1 SM	15	896	757	215	847	106	614	3.450	
1 a 3	691	21.572	9.581	3.122	20.402	4.137	13.575	73.080	
3 a 5	51	6.008	4.101	1.202	17.664	2.822	19.147	50.995	
5 a 10	4	2.839	3.324	1.431	12.011	2.290	24.692	46.591	
mais de 10	3	317	381	205	3.504	608	16.191	21.209	
ignorado	4	85	66	13	144	43	612	967	
Total	768	31.717	18.210	6.188	54.572	10.006	74.831	196.292	

Agropecuária, extração vegetal, cacá e pesca.									
	até 1 SM	56	1.363	493	168	181	11	6	2.278
	1 a 3	432	22.277	7.092	2.677	3.903	341	149	36.871
	3 a 5	3	1.233	573	188	597	118	161	2.873
	5 a 10	0	256	148	64	425	119	270	1.282
	mais de 10	1	33	21	14	179	31	563	842
	ignorado	5	265	51	17	21	0	6	365
	Total	497	25.427	8.378	3.128	5.306	620	1.155	44.511
Total									
	ate 1 SM	257	12.184	9.608	7.552	11.207	1.640	3.157	45.605
	1 a 3	4.225	260.682	231.089	116.593	303.223	33.852	36.111	985.775
	3 a 5	355	43.947	42.632	17.455	82.203	15.175	38.179	239.946
	5 a 10	108	12.528	14.516	6.916	42.563	10.849	49.947	137.427
	mais de 10	14	1.870	2.077	1.265	12.099	3.927	41.182	62.434
	ignorado	151	6.963	3.566	1.087	2.384	204	1.427	15.782
	Total	5.110	338.174	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

Anexo H - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e escolaridade. Santa Catarina, 2005.

	ANALF.	FUNDAMENTAL		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL	
		INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP		
Extrativa mineral									
	Masculino	30	2.629	1.396	720	1.243	119	218	6.355
	Feminino	3	68	53	28	157	44	65	418
	Total	33	2.697	1.449	748	1.400	163	283	6.773
Indústria de transformação									
	Masculino	1.142	86.581	76.214	38.818	90.200	10.430	11.944	315.329
	Feminino	447	50.231	45.214	22.305	48.103	5.867	5.798	177.965
	Total	1.589	136.812	121.428	61.123	138.303	16.297	17.742	493.294
Serviços industriais de utilidade pública									
	Masculino	51	3.060	2.362	728	3.648	571	1.709	12.129
	Feminino	23	350	242	112	718	223	638	2.306
	Total	74	3.410	2.604	840	4.366	794	2.347	14.435
Construção civil									
	Masculino	366	19.946	12.404	3.931	8.086	734	1.079	46.546
	Feminino	12	571	475	282	1.236	390	395	3.361
	Total	378	20.517	12.879	4.213	9.322	1.124	1.474	49.907
Comércio									
	Masculino	304	28.086	40.632	24.314	59.951	6.250	4.987	164.524
	Feminino	131	12.234	22.378	15.320	58.633	5.945	4.706	119.347
	Total	435	40.320	63.010	39.634	118.584	12.195	9.693	283.871
Serviços									
	Masculino	749	46.978	46.240	20.759	61.284	11.023	29.693	216.726
	Feminino	587	30.296	29.290	14.235	60.542	13.425	32.785	181.160
	Total	1.336	77.274	75.530	34.994	121.826	24.448	62.478	397.886
Administração pública									
	Masculino	535	19.217	8.901	3.022	23.311	3.507	25.774	84.267
	Feminino	233	12.500	9.309	3.166	31.261	6.499	49.057	112.025

Total	768	31.717	18.210	6.188	54.572	10.006	74.831	196.292
Agropecuária, extração vegetal, cacca e pesca.								
Masculino	406	19.395	6.647	2.368	3.837	413	886	33.952
Feminino	91	6.032	1.731	760	1.469	207	269	10.559
Total	497	25.427	8.378	3.128	5.306	620	1.155	44.511
Total								
Masculino	3.583	225.892	194.796	94.660	251.560	33.047	76.290	879.828
Feminino	1.527	112.282	108.692	56.208	202.119	32.600	93.713	607.141
Total	5.110	338.174	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

Anexo I - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e remuneração. Santa Catarina, 2005.

	ATE 1	1 A 3	3 A 5	5 A 10	MAIS 10	IGN	TOTAL
Extrativa mineral							
Masculino	43	2.104	2.747	1.154	229	78	6.355
Feminino	20	248	73	45	26	6	418
Total	63	2.352	2.820	1.199	255	84	6.773
Indústria de transformação							
Masculino	2.690	195.050	71.737	32.274	10.606	2.972	315.329
Feminino	3.756	152.335	13.389	4.837	1.253	2.395	177.965
Total	6.446	347.385	85.126	37.111	11.859	5.367	493.294
Serviços industriais de utilidade pública							
Masculino	35	3.205	1.906	2.548	4.291	144	12.129
Feminino	34	697	353	506	677	39	2.306
Total	69	3.902	2.259	3.054	4.968	183	14.435
Construção civil							
Masculino	878	35.050	6.746	2.348	568	956	46.546
Feminino	215	2.442	378	224	64	38	3.361
Total	1.093	37.492	7.124	2.572	632	994	49.907
Comércio							
Masculino	4.815	124.345	22.548	9.311	2.323	1.182	164.524
Feminino	7.427	99.817	8.462	2.452	349	840	119.347
Total	12.242	224.162	31.010	11.763	2.672	2.022	283.871
Serviços							
Masculino	7.466	134.010	37.736	20.317	13.957	3.240	216.726
Feminino	12.498	126.521	20.003	13.538	6.040	2.560	181.160
Total	19.964	260.531	57.739	33.855	19.997	5.800	397.886
Administração pública							
Masculino	533	25.222	21.854	23.079	13.191	388	84.267
Feminino	2.917	47.858	29.141	23.512	8.018	579	112.025
Total	3.450	73.080	50.995	46.591	21.209	967	196.292
Agropecuária, extração vegetal, cacca e pesca.							
Masculino	1.418	27.786	2.641	1.096	773	238	33.952
Feminino	860	9.085	232	186	69	127	10.559
Total	2.278	36.871	2.873	1.282	842	365	44.511
Total							
Masculino	17.878	546.772	167.915	92.127	45.938	9.198	879.828
Feminino	27.727	439.003	72.031	45.300	16.496	6.584	607.141
Total	45.605	985.775	239.946	137.427	62.434	15.782	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE